

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LÍVIA LOSSO ANDREATINI

**COISA JULGADA SOBRE QUESTÃO PREJUDICIAL: A EFICIÊNCIA ENTRE A
SEGURANÇA JURÍDICA E A LIBERDADE DAS PARTES**

CURITIBA

2018

LÍVIA LOSSO ANDREATINI

**COISA JULGADA SOBRE QUESTÃO PREJUDICIAL: A EFICIÊNCIA ENTRE A
SEGURANÇA JURÍDICA E A LIBERDADE DAS PARTES**

Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel, Curso de Direito, Setor
de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Talamini

Co-Orientador: Prof. Dr. Vicente de Paula Ataíde Júnior

CURITIBA

2018

AGRADECIMENTOS

Dizem que escrever é uma tarefa individual, mas nunca solitária. E, durante a escrita desse trabalho, esse ditado acabou por se mostrar extremamente verdadeiro. Por isso, não poderia deixar de dedicar algumas linhas a todos que de alguma maneira contribuíram com sua elaboração e estiveram ao meu lado ao longo dos cinco anos de graduação.

Em primeiro lugar, agradeço a *la mia famiglia*. Roberto e Estela, meus pais tão carinhosos e presentes. Obrigada pelo apoio constante e incondicional, por terem dado todas as condições para que eu pudesse me desenvolver como jurista e pessoa, bem como pelo gosto pela Academia. Agradeço ainda ao Vinicius e à Mitsue, cuja presença tornaram meus dias mais leves e felizes. E agradeço ao Felipe pelo amor, carinho e incentivo inexoráveis, sem os quais não teria chegado até aqui. Obrigada por serem meu porto seguro.

Deixo meu agradecimento também a todos os mestres com quem tive a felicidade de conviver, aprender e dialogar.

Ao Professor Eduardo, que gentilmente aceitou me orientar e cuja influência é sensível nesse trabalho. Obrigada por todo o aprendizado, orientação e convivência; por abrir as portas da Academia, por estar sempre disposto a ensinar e por ser meu mentor ao longo desse período; por todas as reflexões e por instigar sempre meu interesse pelo direito processual.

Ao Professor Vicente, meu co-orientador e primeiro professor de processo civil. Obrigada por transmitir sua paixão pelo processo civil em cada aula que deu e por me ensinar tanto sobre a arte da docência durante a monitoria.

Ao Professor Rodrigo Ramina, cuja presença diária e entusiasmo pela ciência processual tanto me cativaram. Obrigada pelos debates inspiradores, pelo empréstimo de (tantos) materiais e pelos apontamentos feitos ao trabalho. Também há muito da sua influência nessa monografia – e eu não poderia ser mais grata por isso. Obrigada por ser um exemplo constante de que a Academia e a prática profissional são conciliáveis (e, mais do que isso, são a união perfeita).

A tantos professores com os quais debati os assuntos que abordei no presente trabalho. Ao Professor Antonio do Passo Cabral, que leu meu artigo sobre o tema e realizou considerações tão necessárias e pertinentes. Ao Professor André Tesser, que gentilmente me recebeu na Marinoni Advocacia para debater sua tese e cuja brilhante defesa tive a oportunidade de assistir. Ao Professor Thiago Siqueira, pela troca de e-mails e pelo envio de materiais.

Aos demais professores de Processo Civil da minha *alma mater*, cujos ensinamentos ao longo desses cinco anos foram inestimáveis. À Professora Rita, que aceitou o convite para

compor banca avaliadora desse trabalho e cujas aulas apenas confirmaram meu interesse pelo processo civil. Ao Professor Sérgio, cuja disciplina optativa trouxe importantes reflexões a esse trabalho e por sua disposição para discutir temas abordados nessa monografia. Ao Professor Elton, pelas valiosas lições sobre processo coletivo, processo constitucional e pelas agradáveis conversas de corredor sobre tantos assuntos diversos relacionados ao direito processual.

Às minhas professoras/irmãs do processo civil – Thaís Lunardi, Carol Uzeda e Anissara Toscan. Agradeço à Thaís ainda por aceitar o convite para compor a banca e por contribuir tanto para esse trabalho quando ainda era só um projeto, bem como à Anissara pela apurada leitura e revisão. A contribuição de vocês foi essencial.

Às incríveis professoras do Projeto Mulheres no Processo Civil e Afilhada Acadêmica, do IBDP, que agradeço na pessoa das Professoras Rogéria Dotti e Beatriz Galindo. Obrigada pela dedicação em tornar o processo civil mais igualitário e inclusivo. Obrigada por mostrar que podemos (e devemos) ocupar nosso lugar na Academia.

Ao Fred Gomes - que cito aqui entre os amigos e professores por ser o maior amigo/professor que eu poderia ter. Obrigada por todas as conversas ao longo desses anos, por todo o zelo com que acompanhou minha trajetória acadêmica, pela leitura atenta de todos os trabalhos que já escrevi e pela inestimável contribuição que a eles deu. Você é responsável por grande parte do meu crescimento acadêmico e a isso sou eternamente grata.

À família da RBC Advogados pelo apoio e convivência diários, sem os quais não poderia desenvolver esse trabalho com a tranquilidade necessária.

Agradeço também aos amigos com os quais tive a alegria de dividir meus dias na Santos Andrade. Mari Gripp, Yasmin Handar, João Archegas, João Leger, Fran e Diana: obrigada por tornarem o dia-a-dia mais leve, fácil e prazeroso. Ao Jota, agradeço ainda pelo constante apoio ao meu desenvolvimento acadêmico e por ter se colocado sempre à disposição quando precisei de auxílio. À Andressa Galvan e à Ana Carolina de Barros, pela amizade duradoura e presença em todos os momentos especiais, apesar de suas apertadas agendas.

Deixo também meu “muito obrigada” aos amigos da Equipe UFPR – João Fachinello, Máriam Joaquim, Lucas Pereira, Juliane de Lara, Carol Paglia, Gustavo Matschulat e Guilherme Fontoura. Obrigada por dividirem momentos tão especiais, desafiadores e de tanto crescimento pessoal. O futuro de cada um de vocês será brilhante.

Por fim, agradeço à sociedade brasileira, que financiou meus estudos e me permitiu ter uma formação de tanta qualidade. Espero retribuir à sociedade ao menos parte de tudo aquilo que me foi proporcionado.

“Mas justiça atrasada não é justiça, senão injustiça qualificada e manifesta”.

(Rui Barbosa) ¹

“Poder (autoridade) e liberdade são dois polos de um equilíbrio que mediante o exercício da jurisdição o Estado procura manter”

(Cândido Rangel Dinamarco) ²

¹ BARBOSA, Rui. **Oração aos moços**. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1988, p. 38.

² DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Instrumentalidade do Processo**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 205.

RESUMO

O presente estudo tem por escopo analisar as consequências da coisa julgada sobre a resolução de questão prejudicial em três aspectos essenciais: eficiência processual, segurança jurídica e liberdade das partes. Antes do advento do Código de Processo Civil de 2015, havia estrita vinculação entre os pedidos formulados pelas partes, o objeto do processo e os limites objetivos da coisa julgada. Em homenagem ao princípio dispositivo, à liberdade das partes e ao princípio da correlação, havia a projeção pedido-dispositivo, de modo que as partes detinham grande controle acerca de quais questões se tornariam imutáveis pela autoridade da coisa julgada. A doutrina criticava tal modelo restritivo, pois, além de outorgar às partes a prerrogativa de definir os limites objetivos da coisa julgada, permitia a existência de decisões contraditórias em termos lógicos. O Código de Processo Civil de 2015, diante disso, ampliou os limites objetivos da coisa julgada, que passou a albergar também questões prejudiciais incidentais, desde que preenchidos determinados requisitos. O maior motivo para tanto foi a promoção de segurança jurídica e de economia processual, vedando que a mesma questão seja submetida à apreciação jurisdicional mais de uma vez e gere decisões contraditórias. Assim, a nova codificação põe fim ao monopólio das partes na determinação dos limites objetivos da coisa julgada. De outro lado, impõe requisitos expressos para que haja a formação de coisa julgada sobre questões prejudiciais incidentais, a fim de preservar a previsibilidade e segurança jurídica acerca de quais questões se tornarão imutáveis. Em conclusão, depreende-se que a liberdade das partes é mitigada pela coisa julgada sobre questões prejudiciais, visto que a resolução de questões que não foram deduzidas como pretensões e não integram o objeto do processo torna-se apta a formar coisa julgada. Ainda, infere-se que as condições impostas em lei para formação de coisa julgada sobre as questões prejudiciais tornaram o sistema de estabilidade, em certa medida, mais complexo e imprevisível; no entanto, são imprescindíveis para salvaguardar as garantias constitucionais do processo.

Palavras-chave: Coisa julgada. Questões prejudiciais. Segurança jurídica. Princípio dispositivo. Eficiência processual. Limites objetivos.

ABSTRACT

This study aims to analyze the incidence of *res iudicata* over merit prejudicial issues and its consequences regarding three specific dimensions: efficiency, legal certainty and liberty in litigation. Until the Code of Civil Procedure enacted in 2015, the procedural law stipulated a strict correlation among the claim, the object of the lawsuit and the limits over *res iudicata*. To preserve the principle of party-presentation, liberty in litigation and the principle of correlation, there was the projection between claim and *decisum*, so the litigants had great control over the issues that would be settled by the incidence of *res iudicata*. Legal scholarship used to criticize that narrow preclusion standard, as not only granted the litigants the privilege to determinate the limits over *res iudicata*, but also allowed for conflicting decisions, logically speaking. The 2015 Code of Civil Procedure, thus, broadened the limits over *res iudicata*, that can now reach merit prejudicial issues, if certain conditions are met. The major reason for this swift is to increase legal certainty and promote efficiency in litigation, forbidding the same issue to be decided more than once and preventing conflicting decisions. Moreover, the new code brings closure to litigant's monopoly over the limits of *res iudicata*. On the other hand, the code establishes conditions for the formation of *res iudicata* over prejudicial issues to preserve predictability and legal certainty of whether issues were actually disputed and became unalterable. In conclusion, it is deduced that autonomy in litigation is mitigated by the incidence of *res iudicata* to merit prejudicial issues, since issues that were neither claimed nor object of the lawsuit may be settled by the incidence of *res iudicata*. All in all, it is contended that the conditions civil procedural law puts forward concerning the incidence of *res iudicata* over merit prejudicial issues end up turning the brazilian stability system, in a certain way, more complex and unforeseeable; however, those conditions are essential to safeguard procedural constitutional guarantees.

Keywords: *Res iudicata*. Issue preclusion. Legal certainty. Principle of party-presentation. Principle of efficiency. *Decisum*.

LISTA DE ABREVIATURAS

AgRg no Ag – Agravo Regimental no Agravo de Instrumento

Art. - Artigo

CF/88 – Constituição Federal de 1988

CPC/39 – Código de Processo Civil de 1939

CPC/73 – Código de Processo Civil de 1973

CPC/2015 – Código de Processo Civil de 2015

EResp – Embargos de Divergência em Recurso Especial

FPPC – Fórum Permanente de Processualistas Cíveis

Inc. – Inciso

REsp – Recurso Especial

RO – Recurso Ordinário

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA E PREJUDICIALIDADE NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015	12
1.1. PREMISSA: CONCEITO E NOÇÕES GERAIS SOBRE COISA JULGADA	12
1.2. O ESTADO DA ARTE DO CPC/39 AO CPC/2015	17
1.3. COISA JULGADA SOBRE QUESTÃO PREJUDICIAL NO CPC/2015 E REQUISITOS PARA SUA FORMAÇÃO	19
2 LIBERDADE DAS PARTES E PRINCÍPIO DISPOSITIVO	25
2.1. PREMISSA: A LIBERDADE DOS SUJEITOS PARCIAIS NO PROCESSO – PRINCÍPIO DISPOSITIVO E PRINCÍPIO DA DEMANDA.....	25
2.2. LIBERDADE DAS PARTES NA DETERMINAÇÃO DO MÉRITO.....	27
2.3. PRINCÍPIO DA ADSTRIÇÃO DO JUIZ AOS PEDIDOS E PREVISIBILIDADE DOS LIMITES DA <i>AUCTORITAS REI IUDICATAE</i>	35
3 COISA JULGADA SOBRE QUESTÃO PREJUDICIAL E PONDERAÇÃO DE VALORES.....	40
3.1. OS MOTIVOS QUE LEVARAM À AMPLIAÇÃO DOS LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA.....	40
3.1.1. Segurança jurídica e coerência sistêmica	42
3.1.2. Eficiência.....	46
3.1.3. Princípios da boa-fé e da cooperação	49
3.2. COLISÃO ENTRE VALORES NA PERSPECTIVA PROCESSUAL: EM BUSCA DE UM PONTO DE EQUILÍBRIO	51
CONCLUSÃO.....	59
REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO

O escopo de qualquer sistema de estabilidade processual é garantir segurança jurídica aos provimentos e decisões judiciais por meio de sua imutabilidade e indiscutibilidade. Um sistema processual cujas manifestações não sejam estáveis é ineficaz em promover a pacificação social e tutelar direitos, falhando em seus fins precípuos.

Nesse ínterim, a coisa julgada é o instituto primordial no sistema de estabilidades; é por meio da *res iudicata* que a sentença de mérito se reveste de imutabilidade e indiscutibilidade, atribuindo certeza jurídica e segurança às relações substanciais. Não por outro motivo, a coisa julgada constitui, muito provavelmente, um dos institutos mais estudados e debatidos da ciência processual. Dentre seus aspectos controversos insere-se sua abrangência no plano objetivo, i.e., a determinação do âmbito de incidência da autoridade da coisa julgada.

As legislações processuais não permaneceram alheias a tais discussões acadêmicas. Acompanhando as produções doutrinárias, os diplomas processuais brasileiros passaram por momentos de maior ampliação e de restrição dos limites objetivos da coisa julgada.

Nesse sentido, o legislador do CPC/2015 alargou os limites objetivos da coisa julgada, em comparação ao regime restritivo do CPC/73. Assim, estendeu-a também para a resolução de questões prejudiciais incidentais de mérito, com a condição de que determinados requisitos sejam cumulativamente preenchidos. Tem-se, deste modo, um sistema processual que concebe a coisa julgada sobre questão prejudicial.

A opção legislativa, para além de atender aos anseios de parcela da doutrina, guarda em si uma velada ponderação de princípios: trata-se do embate entre segurança jurídica e liberdade das partes, tendo como pano de fundo a efetividade processual.

Com efeito, o principal escopo da ampliação dos limites objetivos da coisa julgada, de modo a estender sua autoridade às questões prejudiciais, foi promover a efetividade processual. Consoante à exposição de motivos do CPC/2015, a inovação possuía como objetivo extrair do processo maior rendimento, atribuindo estabilidade a questões que, ainda que não tenham sido deduzidas como pretensões pela parte, constituem antecedentes lógicos à análise do mérito e serão objeto de cognição.

Tem-se, assim, a ruptura com o sistema delineado pelo CPC/73. Durante a vigência da antiga codificação, apenas a resolução de questões expressamente deduzidas pelas partes possuía aptidão para tornar-se imutável e indiscutível. A projeção entre pedido e dispositivo

(pretensão e limites objetivos da coisa julgada) era dotada de estrito paralelismo. Caso despontassem, durante o trâmite processual, questões prejudiciais incidentais, sua resolução apenas seria albergada pelo manto da coisa julgada caso a parte assim pedisse expressamente por meio de ação declaratória incidental.

O sistema concebido pelo CPC/2015, a seu turno, rompe com a projeção pedido-dispositivo. Isso porque permite que a resolução de questões prejudiciais incidentais, que não foram objeto de pedido das partes, forme coisa julgada material.

Diante de tal cenário, o presente trabalho tem como objetivo inicial analisar a incidência da autoridade da coisa julgada sobre a resolução de questões prejudiciais a partir dos motivos que levaram à extensão dos limites da *res iudicata* – efetividade processual e segurança jurídica –, para, a seguir, inferir de que modo a novidade legislativa afeta a liberdade e disponibilidade processual das partes.

Com tal objetivo posto, o trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro é dedicado ao estudo da coisa julgada em seus aspectos essenciais, abordando as principais teorizações sobre o tema, noções elementares do instituto e sua tratativa nas codificações brasileiras. Em arremate, analisa-se a previsão do CPC/2015 acerca da extensão da *res iudicata* às questões prejudiciais incidentais, dispensando-se especial atenção aos requisitos necessários a sua formação (§§1º e 2º, art. 503, do CPC/2015).

O segundo capítulo refere-se à liberdade das partes no processo, cujo fundamento reside na autonomia privada e, no âmbito do processo, traduz-se em seus atos de disponibilidade processual. Realiza-se assim um paralelo entre princípio dispositivo, liberdade das partes na determinação do objeto do processo e projeção pedido-dispositivo no que toca à determinação dos limites objetivos da coisa julgada.

Na terceira e derradeira parte do trabalho, analisa-se a ponderação de valores feita pelo legislador processual partindo-se dos motivos que levaram à ampliação dos limites objetivos da coisa julgada – segurança jurídica, eficiência e boa-fé processual.

Por fim, investiga-se em que medida a liberdade das partes foi mitigada na nova codificação processual e se a opção político-legislativa se justifica em termos práticos, perquirindo-se acerca de suas prováveis consequências.

1 LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA E PREJUDICIALIDADE NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015

*“Della cosa giudicata dirò poche cose ed assai brevemente; perchè sul vastissimo tema poco ormai resta a dire, che non sia inutile”.*³

1.1. PREMISSA: CONCEITO E NOÇÕES GERAIS SOBRE COISA JULGADA

A *res iudicata* sempre foi (e continua a ser) objeto de amplos e profundos debates na ciência processual, seja no que concerne à sua conceituação, natureza ou limites objetivos e subjetivos. E, nada obstante a rica e farta produção acerca do tema, quem se dedica a investigá-lo – já alertava Barbosa Moreira – “chegará à paradoxal conclusão de que os problemas crescem de vulto na mesma proporção em que os juristas se afadigam na procura de soluções”.⁴

Apesar da ressalva do professor fluminense, cumpre ao presente trabalho debruçar-se acerca do conceito de coisa julgada e justificar a linha teórica adotada antes de investigar o novo regime estabelecido pelo CPC/2015 sobre as questões prejudiciais.

Alerta-se que a referência à “coisa julgada” se remete à coisa julgada material. Isso porque a chamada “coisa julgada formal” trata-se de modalidade de preclusão, não se confundindo com a verdadeira coisa julgada (i.e., com a coisa julgada material).⁵

No que toca à sua razão de ser, é recorrente na doutrina nacional e estrangeira a vinculação da *res iudicata* à segurança jurídica.⁶ Com efeito, a coisa julgada constitui a

³ Em tradução livre, “sobre a coisa julgada direi pouca coisa e muito brevemente; porque sobre o vastíssimo tema resta agora pouco a dizer que não seja inútil” (CHIOVENDA, Giuseppe. Sulla cosa giudicata. In: **Saggi di Diritto Processuale Civile**, vol. II, Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1993, p. 399).

⁴ MOREIRA, José Carlos Barbosa. Ainda e sempre a coisa julgada. In: **Revista de Processo**. São Paulo, Revista dos Tribunais, vol. 416, jun. 1970 p. 9-17, p. 9.

⁵ Nesse sentido, Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero prelecionam: “É [a coisa julgada formal], isso sim, uma modalidade de preclusão (preclusão temporal), a última do processo. Que torna insubsistente a faculdade processual de rediscutir a sentença nele proferida.” (MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Curso de Processo Civil**: tutela dos direitos mediante procedimento comum, vol.2. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 669). Igualmente, TESHEINER, José Maria. Sentença e coisa julgada – conceito e controvérsias. In: **Revista de Processo**, vol. 208. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 23-58, 2012, n. 2. Entendendo que o conceito de coisa julgada material e formal refere-se ao comando, não à coisa julgada, WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil**, vol. 2. 16. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 794.

⁶ Cf. NEVES, Celso. **Coisa Julgada Civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1971, p. 504; MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil**, vol. 2. Op. cit., p. 668; MITIDIERO, Daniel. Abrangência da coisa julgada no plano objetivo – segurança jurídica. In: **Revista de Processo**, vol. 184. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 309-328.

concretização da segurança jurídica no âmbito processual, encontrando respaldo constitucional no art. 5º, inciso XXXVI, da CF/88. Mas, para além da segurança jurídica, a coisa julgada encontra-se intimamente ligada também a aspectos sociológicos (paz social) e políticos (afirmação do poder estatal).⁷⁻⁸

Nesse ínterim, à coisa julgada incumbe elidir decisões (faticamente) contraditórias sobre a mesma lide, de modo a atribuir coerência sistêmica e impedir o ajuizamento de demandas que já foram julgadas.⁹ Consoante Cândido Rangel Dinamarco, a finalidade do instituto é evitar conflitos práticos entre julgados, na medida em que “os indesejáveis conflitos teóricos são evitados ou removidos mediante outras técnicas processuais, não pela coisa julgada”.¹⁰

No que toca à sua conceituação, diversos foram os processualistas que se ocuparam sobre o tema e conceberam teorias acerca de sua natureza.

Perdurou por bastante tempo a concepção tradicional de que a coisa julgada seria um dos efeitos da sentença, identificável com o próprio efeito declaratório¹¹ ou eficácia específica.¹²⁻¹³ Era frequente a confusão entre a coisa julgada, os efeitos da sentença e sua imperatividade.¹⁴

Nesse contexto, os estudos de Enrico Tullio Liebman, precipuamente na obra “Eficácia e Autoridade da Sentença”, foram paradigmáticos à verticalização da coisa julgada. O professor italiano formulou contundente crítica à concepção de coisa julgada desenvolvida por Konrad

⁷ CABRAL, Antonio do Passo. **Coisa julgada e preclusões dinâmicas**: entre continuidade, mudança e transição de posições processuais estáveis. Salvador: Editora Juspodivm, 2013, p. 53-54.

⁸ Há ainda a perspectiva da certeza advinda da coisa julgada, conforme ensina Celso Neves: “A coisa julgada é, pois, um fenômeno de natureza processual, com eficácia restrita, portanto, no plano processual [...] teleologicamente destinada à eliminação da incerteza subjetiva que a pretensão resistida opera na relação jurídica sobre que versa o conflito de interesses” (NEVES, Celso. **Coisa Julgada Civil**. Op. cit., p. 442).

⁹ CABRAL, Antonio do Passo. **Coisa julgada e preclusões dinâmicas**. Op. cit., p. 55.

¹⁰ DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**, vol. III. 3.ed. Editora Malheiros: São Paulo, 2003, p. 313-314.

¹¹ TALAMINI, Eduardo. **Coisa Julgada e sua Revisão**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, p.32.

¹² CABRAL, Antonio do Passo. **Coisa julgada e preclusões dinâmicas**. Op. cit., p. 74.

¹³ Anteriormente ao salto teórico promovido pelas formulações de Liebman, perdurava também a teoria da extinção do dever jurisdicional, pela qual a sentença seria o momento máximo de obrigação estatal de resolver conflitos. Sobre o assunto, cf. CABRAL, Antonio do Passo. **Coisa julgada e preclusões dinâmicas**. Op. cit., p. 73; ROCCO, Ugo. **Trattato di Diritto Processuale Civile**, vol. II. Torino: Utet, 1957, p. 306 e ss.

¹⁴ LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. **Limites objetivos e eficácia preclusiva da coisa julgada**. São Paulo: Editora Saraiva, 2012, p. 85.

Hellwig, para quem a *res iudicata* seria um dos efeitos da sentença¹⁵ – motivo pelo qual a teoria do processualista alemão foi denominada de “eficácia da declaração”.¹⁶

Consoante Liebman, Hellwig teria equivocadamente suposto que a autoridade do julgado seria restrita ao elemento declaratório, levando-o a identificar a coisa julgada com o próprio conteúdo declaratório da decisão.¹⁷ Nesse raciocínio, a estabilidade do julgado se restringiria à própria declaração da sentença cognitiva.¹⁸

A partir de contrapontos à teoria germânica, Liebman concebe sua aclamada teoria adjetiva, a qual se sintetiza na célebre passagem: “a autoridade da coisa julgada não é o efeito da sentença, mas uma qualidade, um modo de ser e de manifestar-se seus efeitos”.¹⁹ Portanto, “coube a Liebman a precisa distinção entre coisa julgada e efeitos da sentença”.²⁰

Destarte, consoante Liebman, a coisa julgada seria um elemento novo frente aos efeitos da sentença, um *plus* que qualifica tais efeitos^{21 – 22} – daí sua teoria ser denominada adjetiva.²³ Mas, além de conceber a distinção entre coisa julgada e efeitos da sentença, Liebman assentou duas outras importantes teses: que a eficácia da sentença é igual para as partes e para terceiros²⁴ e que a imutabilidade é limitada às partes.²⁵

A teoria adjetiva de Liebman encontrou oposição por parte de Barbosa Moreira, que acabou por reformulá-la. De acordo com o processualista fluminense, a coisa julgada não seria a imutabilidade dos efeitos da sentença, mas a imutabilidade do conteúdo do comando da sentença.²⁶ Isso porque os efeitos da sentença fogem à imutabilidade, não sendo, deste modo,

¹⁵ CABRAL, Antonio do Passo. Alguns mitos do processo (III): Liebman e a coisa julgada. In: **Revista de Processo**, vol. 217, mar. 2013, p. 41-73. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, n. 3.1.

¹⁶ Sobre a teoria de Hellwig, Antonio do Passo Cabral salienta: “Portanto, e segundo a tese de Hellwig, seria possível substituir a expressão tradicional “coisa julgada” (*Rechtskraft*) pelo termo mais preciso da “eficácia da declaração” (*Feststellungswirkung*), já que a exequibilidade ou força constitutiva do conteúdo da sentença não faz parte da essência da coisa julgada. (_____. Alguns mitos do processo (III): Liebman e a coisa julgada. In: **Revista de Processo**. Op. cit., n. 2).

¹⁷ LIEBMAN, Enrico Tullio. **Eficácia e autoridade da sentença**. BUZAID, Alfredo. BENVINDO, Aires (trad. por). 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984, p. 17-18.

¹⁸ TALAMINI, Eduardo. **Coisa Julgada e sua revisão**. Op. cit., p. 33.

¹⁹ LIEBMAN, Enrico Tullio. **Eficácia e autoridade da sentença**, Op. cit., p. 6.

²⁰ TALAMINI, Eduardo. **Coisa Julgada e sua revisão**. Op. cit., p. 33.

²¹ *Ibidem*, p. 35.

²² LIEBMAN, Enrico Tullio. **Eficácia e autoridade da sentença**. Op. cit., p. 54.

²³ MOREIRA, José Carlos Barbosa. Ainda e sempre a coisa julgada. In: **Revista de Processo**. Op. cit., p. 10.

²⁴ LIEBMAN, Enrico Tullio. **Eficácia e autoridade da sentença**. Op. cit., p. 87-90. Assim preleciona Liebman: “Não existe, por exemplo, uma declaração para as partes e outra para os terceiros (enquanto for admissível), mas um só ato, que produz determinado efeito declaratório único em sua natureza e em sua essência, quer quando se produz para as partes, quer quando se produz para os terceiros” (_____. **Eficácia e autoridade da sentença**. Op. cit., p. 89).

²⁵ LIEBMAN, Enrico Tullio. **Eficácia e autoridade da sentença**. Op. cit., p. 88.

²⁶ MOREIRA, José Carlos Barbosa. Ainda e sempre a coisa julgada. In: **Revista de Processo**. Op. cit., p. 16-17.

inalteráveis.²⁷ Afinal, nada impede que as partes, após o trânsito em julgado da decisão, modifiquem os efeitos dela advindos – o que é, por vezes, estimulado pelo sistema.²⁸

Ovídio Baptista da Silva, a seu turno, manifestou certa discordância tanto à teoria de Liebman quanto às críticas de Barbosa Moreira.²⁹ Para o processualista gaúcho, partindo-se da premissa de Barbosa Moreira de que os efeitos constitutivos ou condenatórios podem ser modificados ou desaparecer sem ofensa à coisa julgada, chega-se à conclusão necessária de que “a imutabilidade só tenha referência ao que foi declarado, à eficácia declaratória da sentença”.³⁰ Assim, por exemplo, quando a dívida é paga ou perdoada, há extinção do efeito condenatório, mas resta incólume seu efeito declaratório.³¹

O presente trabalho adota como premissa teórica a formulação de Barbosa Moreira. Isso porque, diferentemente do que defendia Ovídio Baptista, as partes não ficam vinculadas necessariamente à declaração jurisdicional; elas podem abdicar do que fora declarado na sentença, i.e., estabelecer outra solução para a questão (por meio da autocomposição, p. ex.).³² Fica-lhes vedado, contudo, obter novo pronunciamento contrário ao conteúdo do dispositivo que transitou em julgado.³³ Alinha-se, ainda, à definição de coisa julgada elaborada por Eduardo Talamini, pela qual:

A coisa julgada é apenas o aspecto de imutabilidade que se adiciona ao comando, impedindo que qualquer das partes ou ambas em conjunto pretendam ir a juízo meramente alterá-lo ou obter outro que lhe seja incompatível.³⁴

Tem-se, outrossim, a *res iudicata* como a imutabilidade advinda do esgotamento da prestação jurisdicional. Pautando-se pelo seu momento de formação, Eduardo Talamini propõe considerar a coisa julgada “como efeito do trânsito em julgado da sentença”.³⁵ O conceito

²⁷ Ibidem, p. 11.

²⁸ Idem. Ao debruçar-se sobre a teoria liebmaniana, explica Antonio do Passo Cabral: “Ao contrário, por vezes o sistema até estimula que os efeitos da sentença desapareçam. O efeito precípua da sentença condenatória, p. ex., é impor uma prestação e permitir, no caso de seu descumprimento, a execução forçada. Ora, se o réu pagar o valor estipulado na condenação, qual efeito desta sentença sobraría?” (**Coisa julgada e preclusões dinâmicas**. Op. cit., p. 76).

²⁹ Trata-se da famigerada divergência capitaneada por Barbosa Moreira e Ovídio Baptista acerca do conceito de coisa julgada. Nesse sentido, cf. LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. **Limites objetivos e eficácia preclusiva da coisa julgada**. Op. cit., p. 87-88.

³⁰ SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. Eficácias da sentença e coisa julgada. In: **Sentença e coisa julgada**. Porto Alegre: Fabris, 1988, p. 105.

³¹ SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. Conteúdo da sentença e coisa julgada. In: **Sentença e coisa julgada**. Porto Alegre: Fabris, 1988, p. 209.

³² TALAMINI, Eduardo. Coisa Julgada e sua revisão. Op. cit., p. 40-41.

³³ Idem.

³⁴ Ibidem, p. 43.

³⁵ Ibidem, p. 45.

remonta, de certo modo, à teoria de extinção do dever jurisdicional, encabeçada por Ugo Rocco e Guilherme Estellita.³⁶ Outorga-lhe, contudo, nova roupagem, acrescentando a imutabilidade como elemento determinante da coisa julgada.

No CPC/2015 a influência das formulações teóricas de Liebman é bastante sensível. Enquanto o art. 467, do CPC/73 previa que “denomina-se coisa julgada material a *eficácia*, que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário”, o CPC/2015 atribui novos contornos ao instituto em seu art. 502, determinando que “denomina-se coisa julgada material a *autoridade* que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso”.

A opção do legislador de substituir a palavra “eficácia” por “autoridade” assume especial relevo em se tratando do conceito de coisa julgada.³⁷ Deste modo, a influência liebmaniana é palpável, pois a nova codificação supera a concepção de que a coisa julgada seria efeito da sentença e adota a concepção de que a *res iudicata* constitui qualidade que se agrega à sentença de mérito (ou, sob a égide do CPC/2015, decisão de mérito³⁸).

A despeito da substituição do termo “eficácia” por “autoridade”, perdeu o legislador processual a oportunidade de apaziguar os debates doutrinários e jurisprudenciais acerca do conceito de coisa julgada.³⁹

Em contrapartida, o legislador inovou grandemente na previsão concernente aos limites objetivos da coisa julgada, que passaram a atingir também as questões prejudiciais incidentais.

³⁶ Cf. ROCCO, Ugo. **Trattato di Diritto Processuale Civile**, vol. II. Op cit., p. 306 e ss.

³⁷ A guinada teórica foi comemorada por alguns doutrinadores, mas também foi objeto de críticas por outros. Para Antonio do Passo Cabral, “a substituição do termo “eficácia” por “autoridade”, embora seja a posituação da tese mais popular na tradição brasileira, parece-nos uma definição equivocada no direito contemporâneo [...]. Como já tivemos a oportunidade de sustentar, dizer que a coisa julgada não é um efeito *da sentença* não implica que a coisa julgada não possa ser efeito de mais nada no ordenamento.” (CABRAL, Antonio do Passo. Coisa julgada. In: ALVIM, Teresa Arruda et. al. (coord. por). **Breves comentários ao Novo Código de Processo Civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 1281).

³⁸ A nova codificação permite a formação que a doutrina comumente denomina de “coisa julgada progressiva”. Assim, com fulcro no art. 356 do CPC/2015, sempre que possível, o magistrado possui o dever-poder de realizar o julgamento fracionado do mérito, de modo a serem proferidas decisões interlocutórias com conteúdo meritório. Tem-se, assim, o fim do dogma da sentença uma. Nesse sentido, cf. TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil**, vol. 2. Op. cit., p. 206.

³⁹ DELLORE, Luiz. Conceito e limites objetivos da coisa julgada no novo Código de Processo Civil. In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos. (coord. por). **Processo em jornadas**. Salvador: Editora Juspodivm, p. 668-681, p. 671.

1.2. O ESTADO DA ARTE DO CPC/39 AO CPC/2015

A compreensão dos motivos que levaram ao atual regramento dos limites objetivos da coisa julgada impõe a análise das sucessivas alterações pelas quais o instituto passou no CPC/39 ao CPC/73 e neste para o código vigente.

Em verdade, a determinação dos limites objetivos da coisa julgada passou por um movimento pendular na sucessão de legislações processuais.

O CPC/39 não disciplinava com precisão quais seriam os limites objetivos da coisa julgada. Contraditoriamente, em seu art. 287, dispunha que “a sentença que decidir total ou parcialmente a lide terá força de lei nos limites das questões decididas”, subentendendo que a coisa julgada restringir-se-ia à decisão das pretensões deduzidas pelas partes. Ao revés, no parágrafo único do mesmo artigo, previa que “considerar-se-ão decididas todas as questões que constituam premissa necessária da conclusão”, inferindo que a *res iudicata* abrangeria ao menos parte dos fundamentos da sentença.⁴⁰

Nesse panorama, os autores divergiam: grande parte da doutrina, com base no parágrafo único do art. 287 e influenciados por Savigny, sustentavam que a coisa julgada se estendia às questões analisadas na fundamentação, a despeito de não haver demanda específica nesse sentido;⁴¹ e parcela minoritária defendia, com lastro nas lições de Chiovenda e de Liebman, a restrição da *res iudicata* ao dispositivo da sentença, passando ao largo de sua motivação.⁴²

Diante do cenário de incerteza instalado pelo CPC/39, o legislador do CPC/73 previu de maneira bastante clara, no art. 469, que o manto da coisa julgada albergaria tão somente a parte dispositiva da sentença de mérito, a qual dizia respeito apenas às pretensões formuladas pelas partes.⁴³ As questões prejudiciais não seriam acobertadas pela coisa julgada, nos termos do inciso III do art. 469, caso não houvesse pedido específico para tanto – ou seja, caso não

⁴⁰ SIQUEIRA, Thiago Ferreira. **Objeto do processo, questões prejudiciais e coisa julgada**: análise dos requisitos para a formação de coisa julgada sobre questão prejudicial incidental no Código de Processo Civil de 2015. Tese de doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018, p. 464.

⁴¹ LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. **Limites objetivos e eficácia preclusiva da coisa julgada**. Op. cit., p. 29.

⁴² Deste modo, MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Questões prejudiciais e coisa julgada**. Tese de concurso para docência livre de Direito Judiciário. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1967, p. 74-80.

⁴³ Sobre o CPC/73, leciona Barbosa Moreira: “A disciplina atual é de ofuscante nitidez e repele toda e qualquer tentativa de raciocinar, em matéria de limites objetivos da *res iudicata*, com o que quer que não se inclua no dispositivo da sentença. Não há cogitar, nesse contexto, de questões, ainda daquelas cuja solução constitua premissa necessária da conclusão a que chegou o órgão jurisdicional”. (MOREIRA, José Carlos Barbosa. *Coisa julgada – limites objetivos*. In: **Direito aplicado**, vol. II, Rio de Janeiro, 2000, p. 448).

fosse proposta ação declaratória incidental. Dito de outro modo, a resolução de questão prejudicial seria incluída nos limites objetivos da coisa julgada apenas se a parte interessada propusesse ação declaratória incidental.⁴⁴

Sobre a ação declaratória incidental e a extensão objetiva da coisa julgada, entendia-se que, se a *res iudicata* limitava-se ao *decisum* – visto como resposta ao *petitum* – “o caráter autoritativo da declaração dependerá de ter sido ela requerida por alguma das partes”.⁴⁵ Dessa maneira, sob a égide do CPC/73, somente a resolução da demanda estaria inserida no espectro da coisa julgada, não seu antecedente lógico.⁴⁶

Tratava-se, destarte, da teoria restritiva,⁴⁷ pautada por viés eminentemente privatista. Isso porque cabia às partes a determinação dos pedidos e, conseqüentemente, dos limites objetivos da coisa julgada.⁴⁸ Assim, havia forte correspondência entre os pedidos aduzidos pelas partes e as questões que seriam imutabilizadas.

Com a entrada em vigor do CPC/2015, os limites objetivos da *res iudicata* foram novamente redefinidos. Mantendo em parte o regime estabelecido pelo CPC/73, o art. 504 do CPC/2015 prevê que não fazem coisa julgada, *in verbis*, “os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença” (art. 504, inciso I) e nem “a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença” (art. 504, inciso II).

No entanto, a coisa julgada passa a incidir sobre o dispositivo da sentença e também sobre a resolução de questões prejudiciais incidentais, desde que preenchidos certos requisitos, nos termos do art. 503, §§1º e 2º, do CPC/2015. O *decisum* passou agora a ser composto não apenas pela resolução dos pedidos deduzidos pelas partes, mas também pela resolução da questão prejudicial⁴⁹, que pode ser incluída no dispositivo ou decidida apenas na motivação.⁵⁰

⁴⁴ ATAÍDE JUNIOR, Vicente de Paula. **Elementos de direito processual civil**: à luz da jurisprudência do STJ. Curitiba: Juruá, 2012, p. 166.

⁴⁵ FABRÍCIO, Adroaldo Furtado. **A ação declaratória incidental**. Rio de Janeiro: Forense, 1976, p. 15

⁴⁶ ALVIM, Teresa Arruda. O que é abrangido pela coisa julgada no Direito Processual Civil brasileiro: a norma vigente e as perspectivas de mudança. In: **Revista de Processo**, vol. 230. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 75-89, n. 2.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ CABRAL, Antonio do Passo. **Coisa julgada e preclusões dinâmicas**. Op. cit., p. 151-152.

⁴⁹ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, p. 616.

⁵⁰ Luiz Dellore salienta que a opção legislativa não foi pacífica no Congresso Nacional e que “[...] essa questão relativa aos limites objetivos da coisa julgada foi uma das mais alteradas ao longo da tramitação do Código. [...] Isso cabalmente demonstra, inclusive por parte do legislador, a dúvida em relação ao caminho a ser trilhado” (DELLORE, Luiz. Conceito e limites objetivos da coisa julgada no novo Código de Processo Civil. In: **Processo em jornadas**, Op. cit., p. 668-681, p. 672).

A nova codificação processual, deste modo, não inovou apenas no conceito de *res iudicata*, mas também em seus limites objetivos. Inspirando-se no regime norte-americano do *collateral estoppel*⁵¹⁻⁵², o CPC/2015 ampliou significativamente os limites objetivos da coisa julgada ao instituir dois regimes para sua formação: um concernente ao objeto do processo (os pedidos expressamente formulados pelas partes) e outro atinente às questões prejudiciais.⁵³

A análise das codificações brasileiras permite inferir que os limites objetivos da coisa julgada passaram por momentos ora mais restritivos e ora mais ampliativos. Observa-se, assim, um movimento pendular de maior e menor abrangência dos limites objetivos da *res iudicata* a depender da política legislativa adotada.

1.3. COISA JULGADA SOBRE QUESTÃO PREJUDICIAL NO CPC/2015 E REQUISITOS PARA SUA FORMAÇÃO

Primeiramente, necessário pontuar que o sistema delineado pelo CPC/2015 não concebe a coisa julgada sobre fundamentação. Há previsão expressa de coisa julgada sobre questões (pontos controvertidos) prejudiciais (necessárias à resolução da questão principal) incidentais, ainda que contidas na fundamentação e desde que preenchidos determinados requisitos.

Não se trata, outrossim, de coisa julgada sobre todo o *iter* percorrido pelo magistrado para chegar ao *decisum*, mas apenas sobre determinados antecedentes lógicos que poderiam ser objeto de ação autônoma. Dito de outro modo, a *res iudicata* não passou a atingir a fundamentação pura e simplesmente; passou a abarcar, em certa medida, determinadas e pontuais questões (ditas prejudiciais incidentais) e desde que preenchidos certos requisitos, *apesar* de estar contida na fundamentação e não no dispositivo.

Ademais, salienta-se que as questões prejudiciais incidentais se estabilizam pela *auctoritas rei iudicatae*. Significa dizer: a estabilidade que atinge as questões prejudiciais

⁵¹ MARINONI, Luiz Guilherme. **Coisa julgada sobre questão**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018, p. 27.

⁵² Nada obstante a influência do regime da coisa julgada do Common Law no CPC/2015, deve-se salientar que a codificação brasileira não adotou o *collateral estoppel*, apenas nele se inspirou. Nesse sentido: ALVIM, Teresa Arruda. O que é abrangido pela coisa julgada no Direito Processual Civil brasileiro: a norma vigente e as perspectivas de mudança. In: **Revista de Processo**. Op. cit., n. 4.1.

⁵³ DIDIER JÚNIOR, Fredie. Algumas novidades sobre a disciplina normativa da coisa julgada no Código de Processo Civil brasileiro de 2015. In: _____; CABRAL, Antonio do Passo (coord. por). **Coisa julgada e outras estabilidades processuais**. Salvador: Editora Juspodivm, 2018, p. 94.

incidentais é da coisa julgada substancial. Não se trata de estabilidade com configuração dogmática diversa da coisa julgada (v.g., como a estabilidade concernente à eficácia preclusiva da coisa julgada). Nesse sentido, o CPC/2015 não adotou sistema similar ao *issue preclusion*, no qual a estabilidade das questões prejudiciais incidentais advém de categoria dogmática diferente da *res iudicata*. Com efeito, as questões prejudiciais incidentais, no sistema processual brasileiro, adquirem estabilidade porque inseridas nos limites objetivos da coisa julgada.

Se, por um lado, o legislador retirou das partes o monopólio na determinação dos limites objetivos da coisa julgada, por outro, teve o cuidado de elencar requisitos expressos para que a questão prejudicial seja acobertada pela *res iudicata*. E são tais condições que diferem os regimes jurídicos de formação da coisa julgada sobre o objeto do processo se comparado ao da resolução de questões prejudiciais, visto que tais requisitos inexistem em se tratando da coisa julgada sobre as questões principais.⁵⁴

Primeiramente, mister elucidar a matéria sobre a qual recairá o manto da coisa julgada, em que pese não ser deduzida como pedido principal. Trata-se da questão prejudicial incidental.⁵⁵

Questão refere-se a matéria controvertida. Doutrinariamente, ponto e questão são tratados como conceitos diversos. Enquanto ponto refere-se a uma afirmação incontroversa, a questão diz respeito a matéria controvertida, ou seja, sobre a qual as partes discordam. Em importante estudo sobre o tema, Francesco Menestrina preleciona que pontos são precedentes lógicos sobre os quais não há controvérsia.⁵⁶ Destarte, por força da expressa previsão legal⁵⁷, pontos prejudiciais não são acobertados pela coisa julgada; apenas o são as questões prejudiciais incidentais.

⁵⁴ Assim preleciona Fredie Didier: “Há dois regimes jurídicos distintos de coisa julgada, no processo civil, que variam conforme o objeto da coisa julgada. Se a coisa julgada for relativa à resolução da questão principal (art. 503, *caput*), aplica-se o regime jurídico comum e tradicional [...]. Se a coisa julgada for relativa à resolução de questão prejudicial incidental, há uma diferença: o legislador impede a sua formação, em algumas situações previstas nos §§1º e 2º do art. 503, unicamente aplicáveis a esse regime de coisa julgada” (DIDIER JÚNIOR, Fredie. Extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental no novo Código de Processo Civil brasileiro. In: **Civil Procedure Review**, v.6, n.1, jan-apr., 2015, p. 81-94, p. 87).

⁵⁵ O regime de formação de coisa julgada material sobre questão prejudicial não se aplica à declaração de autenticidade/falsidade de documento, para a qual se exige pedido declaratório expresso, nos termos do art. 430, CPC/2015.

⁵⁶ “*Il punto pregiudiziale è dunque il precedente logico su cui le parti non sollevano una controversia – sia che non possano sollevarla, sia che non vogliano – o su cui la controversia è già stato risolta*” (MENESTRINA, Francesco. **La pregiudiziale nel processo civile**. Milano: Giuffrè, 1963, p. 139).

⁵⁷ O §1º do art. 503, CPC/2015 dispõe expressamente: “O disposto no *caput* aplica-se à resolução de questão prejudicial, decidida expressa e incidentalmente no processo [...]”. A previsão legal refere-se tão somente à questão prejudicial, de modo que pontos não são imutabilizados pela coisa julgada.

Prejudicial, destarte, diz respeito a “questões de cuja solução dependa o *teor* ou *conteúdo* da solução de outras”.⁵⁸

A questão prejudicial constitui, então, antecedente lógico da conclusão da sentença⁵⁹, i.e., passo necessário e determinante à solução das pretensões deduzidas (tomadas neste ensaio como sinônimo de pedido e de mérito). Exemplo é a validade do contrato na demanda em que se pleiteia sua execução ou a questão de domínio na ação reivindicatória.⁶⁰

Além disso, parcela majoritária da doutrina sustenta que apenas relações jurídicas constituem prejudiciais incidentais aptas à formação de coisa julgada material.⁶¹ Assim sendo, questões de fato e de direito não se submetem à previsão do art. 503, do CPC/2015.

Incidental, por sua vez, é a matéria que não fora deduzida inicialmente como pedido, mas que desponta durante o trâmite processual; ou seja, que não constitui o objeto do processo, o pedido principal.⁶² Aliás, se a matéria prejudicial incidental for expressamente pedida pela parte, torna-se questão principal, submetendo-se ao regime tradicional da coisa julgada.

Não é, contudo, toda questão prejudicial incidental que transitará em julgado. Para tanto, é necessário o preenchimento cumulativo dos requisitos elencados no art. 503, §§1º e 2º, CPC/2015. Esse é o entendimento do Enunciado nº 313 do FPPC, o qual dispõe que “são cumulativos os pressupostos previstos nos § 1º e seus incisos, observado o § 2º do art. 503”.

Nesse diapasão, é necessário que: (I) haja decisão expressa sobre a questão prejudicial (art. 503, *caput*, do CPC/2015); (II) a análise da questão prejudicial seja imprescindível à resolução do mérito (art. 503, §1º, inciso I, do CPC/2015); (III) a questão prejudicial seja objeto de amplo e prévio contraditório (art. 503, §1º, inciso II, do CPC/2015); (IV) sejam observadas

⁵⁸ MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Questões prejudiciais e coisa julgada**. Op. cit., p. 29. O processualista fluminense realiza ainda a distinção entre questões prejudiciais e preliminares, ensinando que “reservar-se-á a expressão “questões preliminares” para aquelas de cuja solução vá depender a de outras não no seu *modo de ser*, mas no seu próprio *ser*” (_____. **Questões prejudiciais e coisa julgada**. Op. cit., p. 29-30).

⁵⁹ THEODORO JÚNIOR, Humberto. Limites objetivos da coisa julgada no novo Código de Processo Civil. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie; CABRAL, Antonio do Passo (coord. por). **Coisa julgada e outras estabilidades processuais**. Salvador: Editora Juspodivm, 2018, p. 165-188, p. 169.

⁶⁰ LUNARDI, Thaís Amoroso Paschoal. **Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada coletiva**: o necessário equilíbrio entre a efetividade da tutela coletiva e a segurança jurídica. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, 2009, p. 93.

⁶¹ Assim, DIDIER JÚNIOR, Fredie, BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria. **Curso de direito processual civil**: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. 11. ed. Salvador: Juspodivm, 2015, p. 547. PASCHOAL, Thaís Amoroso. **Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada coletiva**... Op. cit., p. 93. De modo diverso, Luiz Guilherme Marinoni ressalta: “[...] a doutrina já tinha apontado para a impropriedade de se pensar que questão prejudicial é apenas aquela que pode ser objeto de ação declaratória autônoma”. (MARINONI, Luiz Guilherme. **Coisa julgada sobre questão**. Op. cit., p. 231).

⁶² REDONDO, Bruno Garcia. Questões prejudiciais e limites objetivos da coisa julgada no Novo CPC. In: **Revista de Processo**, vol. 248, out. 2015. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 43-67, n. 7.2.

as regras de competência absoluta (art. 503, §1º, inciso III, do CPC/2015); (V) por fim, que não haja restrições probatórias ou cognitivas (art. 503, §§1º e 2º, do CPC/2015).⁶³

A questão prejudicial deve ser (I) expressamente decidida. Em outras palavras, o magistrado deve se manifestar de forma expressa, clara, analítica e fundamentada sobre a questão prejudicial.⁶⁴

Ademais, a análise da questão prejudicial deve ser (II) imprescindível à resolução de mérito. Observa-se, sobre tal requisito, duas correntes interpretativas. Para uma delas, referida previsão constitui um *plus* à prejudicialidade. Isto é, a questão deve, no caso concreto, determinar a forma como o mérito será resolvido.⁶⁵ Em sentido oposto, parcela da doutrina entende que não há necessidade de que a questão prejudicial seja concretamente decisiva à resolução do mérito – “basta que em tese ela se ponha como tal”.⁶⁶

Explica-se a partir do exemplo anteriormente citado: em eventual ação de petição de herança, caso o magistrado entenda que o autor é filho do *de cujus*, mas que não há bens a serem partilhados, deve julgar improcedente o pedido de herança. Consoante à primeira corrente interpretativa, a questão da filiação faz coisa julgada (desde que observados os requisitos), uma vez que prejudicial ao pedido de herança. Já para a segunda, não haverá formação de coisa julgada sobre a questão da filiação porque ela não foi, *in concreto*, determinante à decisão de mérito.

O debate é essencial para determinar se questões decididas desfavoravelmente ao vencedor ou favoravelmente ao sucumbente formam coisa julgada material. E mais: para determinar se há interesse recursal do vencedor que foi sucumbente apenas na questão prejudicial. Isso porque, caso se entenda que não incide a autoridade da coisa julgada sobre a

⁶³ Sobre os pormenores dos requisitos elencados no §1º do art. 503, do CPC/2015, cf. MARINONI, Luiz Guilherme. **Coisa julgada sobre questão**. Op. cit., p. 225 e ss; WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil**, vol. II. Op. cit., p. 800 e ss; SIQUEIRA, Thiago Ferreira. **Objeto do processo, questões prejudiciais e coisa julgada...** Op. cit., p. 463 e ss.

⁶⁴ REDONDO, Bruno Garcia. Questões prejudiciais e limites objetivos da coisa julgada no Novo CPC. **Revista de Processo**. Op. cit., n. 7.2.

⁶⁵ LUCCA, Rodrigo Ramina de. Os limites objetivos da coisa julgada no novo Código de Processo Civil. In: **Revista de Processo**, vol. 252. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, n. 4.4; SIQUEIRA, Thiago Ferreira. **Objeto do processo, questões prejudiciais e coisa julgada...** Op. cit., p. 485-486.

⁶⁶ TALAMINI, Eduardo. Comentários aos arts. 502 a 508. In: TUCCI, Rogério Cruz e... [et. al.] (coord. por). **Código de Processo Civil anotado**. Rio de Janeiro, GZ, 2016, p. 717. Igualmente, SILVA, Ricardo Alexandre da. **Limites objetivos da coisa julgada e questões prejudiciais**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Paraná, 2016, p. 155.

resolução de questões prejudiciais decididas desfavoravelmente ao vencedor, não haveria, por parte dele, necessidade de impugnar tal decisão em recurso autônomo.⁶⁷

As respostas para tais indagações não são unânimes e é inegável que esta dubiedade interpretativa promove insegurança acerca de quais questões foram imutabilizadas pela coisa julgada.

O requisito do (III) amplo e prévio contraditório, por sua vez, determina que seja conferida às partes a possibilidade de influenciar a decisão.⁶⁸ Fala-se em “possibilidade” justamente para coibir que a inércia da parte na defesa de seus interesses se torne um artifício para afastar a formação da coisa julgada.⁶⁹ Por esse motivo, o CPC prevê expressamente que não há coisa julgada sobre a questão prejudicial em caso de revelia.

A disposição não é isenta de críticas, pois a revelia não impede o contraditório. Se o réu teve ciência de demanda contra si proposta e deliberadamente ausentou-se do processo, houve manifestação do contraditório.⁷⁰

Impõe-se, ainda, que (IV) o juiz seja competente para julgar a questão como se principal fosse. A condição é coerente e legítima a imutabilização da questão prejudicial.⁷¹ Nestes termos, não há óbice a que o juiz conheça de questões prejudiciais e as decida incidentalmente como pressuposto lógico da decisão; a questão prejudicial somente não se tornará imutável, podendo ser rediscutida em outros processos.⁷²

Para arrematar, (V) não pode haver restrições probatórias ou cognitivas no processo. Exige-se, outrossim, cognição plena sobre a questão prejudicial incidental. Desse modo, infere-se, a uma primeira vista, que procedimentos com restrições probatórias – seja por força de lei (como no mandado de segurança), seja por vontade das partes (na celebração de negócios jurídicos processuais) – ilidem a formação de coisa julgada sobre a questão prejudicial. Em igual sentido, depreende-se que limitações cognitivas (como as existentes em ações possessórias) coíbem o regime “especial” de coisa julgada.

⁶⁷ Sobre o tema, cf. MINAMI, Marcos Youji; PEIXOTO, Ravi. As questões prejudiciais incidentais, o regime especial da coisa julgada e os possíveis problemas recursais. In: **Revista de Processo**, vol. 277. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 323-343, *passim*.

⁶⁸ SILVA, Ricardo Alexandre da. **Limites objetivos da coisa julgada e questões prejudiciais**. Op. cit., p. 156-157.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ LUCCA, Rodrigo Ramina de. Os limites objetivos da coisa julgada no novo Código de Processo Civil. In: **Revista de Processo**. Op. cit., n. 4.5.

⁷¹ Ibidem, n. 4.6.

⁷² Idem.

Essa conclusão, entretanto, não é acertada, pois recai em generalizações. O §2º do art. 503 afasta expressamente a formação de coisa julgada quando houver restrições probatórias ou limitações à cognição impeditivas à análise da questão prejudicial.⁷³ É plenamente possível, por exemplo, a formação de coisa julgada sobre decisão sobre questão prejudicial por meio de prova documental em mandado de segurança se referida questão não demandava provas pericial e testemunhal.⁷⁴

Da análise acerca dos requisitos exigidos para a formação de coisa julgada sobre questão prejudicial, nota-se a existência de inúmeras divergências interpretativas sobre eles. Válido, portanto, indagar se o sistema delineado pelo CPC/2015 efetivamente promoveu maior segurança jurídica, evitando decisões contraditórias em termos lógicos; ou se, ao revés, complexificou a identificação dos limites objetivos da coisa julgada a ponto de torná-lo inseguro.

⁷³ REDONDO, Bruno Garcia. Questões prejudiciais e limites objetivos da coisa julgada no Novo CPC. In: **Revista de Processo**. Op. cit., n. 7.5.

⁷⁴ Idem.

2 LIBERDADE DAS PARTES E PRINCÍPIO DISPOSITIVO

*“O cidadão livre deve ficar plenamente desimpedido para alçar o voo mais conveniente na defesa de seus direitos”*⁷⁵

2.1. PREMISSA: A LIBERDADE DOS SUJEITOS PARCIAIS NO PROCESSO – PRINCÍPIO DISPOSITIVO E PRINCÍPIO DA DEMANDA

Nenhum vocábulo assume tantas acepções e significados quanto a liberdade. Com efeito, seu teor envolve infindáveis questões de ordem filosófica e até mesmo ideológicas.⁷⁶ Trata-se, dessa forma, de um dos mais antigos e principais direitos fundamentais, motivo pelo qual encontra-se insculpido no *caput* do art. 5º da CF/88.

E, apesar das inúmeras interpretações que lhe são conferidas, o pensamento político-jurídico moderno é firme no sentido de que a autonomia privada é um dos componentes primordiais da liberdade. Pela autonomia privada, outorga-se ao sujeito o poder de autogoverno de sua esfera jurídica.⁷⁷

Destarte, a liberdade e a autonomia privada assumem relevância ímpar também na perspectiva processual. Nada obstante a natureza eminentemente pública do processo civil, às partes é garantido um âmbito de liberalidade e de autogoverno, do qual exsurgem determinadas balizas à atividade jurisdicional. Nesse diapasão, a doutrina comumente relaciona a autonomia privada, no processo civil, aos princípios da demanda e dispositivo.

Em primeiro lugar, no entanto, é preciso desvencilhar-se da generalizada imprecisão terminológica que acaba por equiparar o princípio dispositivo ao princípio da demanda, associando-os ainda ao modelo processual adversarial.

A equivocidade do termo “princípio dispositivo” não passou despercebida por Barbosa Moreira, o qual afirma que a expressão é ora utilizada em referência à iniciativa da instauração do processo, ora em referência à delimitação do objeto do processo.⁷⁸

⁷⁵ OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. **Do Formalismo no Processo Civil: proposta de um formalismo-valorativo**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 171

⁷⁶ SARMENTO, Daniel. Os princípios constitucionais da liberdade e da autonomia privada. In: **Boletim Científico**: Escola Superior do Ministério Público da União, n. 14. Brasília, 2005, p. 167-217, p. 167-168.

⁷⁷ Ibidem, p. 182.

⁷⁸ MOREIRA, José Carlos Barbosa. Correlação entre o pedido e a sentença. In: **Revista de Processo**, vol. 83. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996, p. 207 – 215.

No Brasil, na mesma esteira do raciocínio italiano⁷⁹, a doutrina costuma distinguir o princípio da demanda do princípio dispositivo.⁸⁰ O primeiro refere-se à titularidade da instauração do processo, à inércia jurisdicional e ao poder de ação. O princípio dispositivo, a seu turno, diz respeito à condução do processo e à divisão de poderes entre juiz e partes no desenvolvimento do processo.⁸¹ Nesse sentido, preleciona Ovídio Baptista da Silva:

Pelo denominado *princípio de demanda*, o juiz fica limitado aos pedidos formulados pelas partes, ao passo que pelo *princípio dispositivo* seu poder fica demarcado pela iniciativa das partes quanto ao modo de condução da causa e quanto aos meios de obtenção dos fatos pertinentes a essa determinada lide.⁸²

Fredie Didier Jr., por sua vez, desvencilha-se da distinção entre princípio dispositivo e princípio da demanda ao abordar a autonomia das partes. Para o professor baiano, a incidência da liberdade na atividade jurisdicional produz um subprincípio, que denomina “princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo”.⁸³ Nestes termos, o exercício do poder do autorregramento da vontade ao longo do processo deve ser garantido no âmbito do devido processo legal, manifestando-se ao longo de todo o procedimento – desde o ajuizamento da demanda até o julgamento dos recursos.⁸⁴

O princípio dispositivo constitui o maior limite formal à atuação do órgão jurisdicional. Sem embargo, sua razão de ser, para além da preservação da liberdade das partes,

⁷⁹ O c.p.c. positiva o *principio della domanda* expressamente em seu art. 99, dispondo (em tradução livre) que “aquele que almeja pleitear um direito judicialmente deve propor (apresentar) seu pedido ao tribunal competente para tanto”.

⁸⁰ A distinção entre princípio da demanda e princípio dispositivo, em verdade, encontra raízes na doutrina alemã, que diferencia a *Verhandlungsmaxime* da *Dispositionsmaxime*. (CARNACINI, Tito. Tutela giurisdizionale e tecnica del processo. In: **Studi in Onore di Enrico Redenti nel XL anno del suo insegnamento**, v. 2. Milano: Giuffrè, 1951, p. 725).

⁸¹ LUCCA, Rodrigo Ramina de. **Disponibilidade processual: os interesses privados das partes diante da natureza pública do processo**. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, 2018, p. 33-34.

⁸² SILVA, Ovídio Baptista da. Curso de Processo Civil, vol. 1, 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006, p. 51. Igualmente, Marinoni, Arenhart e Mitidiero diferenciam o princípio dispositivo (princípio dispositivo em sentido material) do princípio da demanda (princípio dispositivo em sentido processual) (MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil: teoria do processo civil**, vol. 1. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 273-274).

⁸³ DIDIER JÚNIOR., Fredie. **Curso de Direito Processual Civil: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento**, vol. 1. Op. cit., p. 132.

⁸⁴ Ibidem, p. 133. Didier salienta ainda: “Defender o autorregramento da vontade no processo não é necessariamente defender um processo estruturado em um modelo *adversarial*. O respeito à liberdade convive com a atribuição de poderes ao órgão jurisdicional, até mesmo porque o poder de autorregramento da vontade no processo não é ilimitado, como, aliás, não o é em nenhum outro ramo do direito” (_____. **Curso de Direito Processual Civil**, vol. 1. Op. cit., p. 133).

é a salvaguarda da imparcialidade do órgão judicial, o qual deve se manter afastado do pedido e da indicação da *causa petendi*.⁸⁵

Logo, a conclusão parcial – e premissa essencial ao presente trabalho – é de que o princípio dispositivo constitui garantia da liberdade das partes de autorregrem seus comportamentos processuais, permeando assim todos os atos de disponibilidade processual. O princípio da demanda, por sua vez, refere-se à disponibilidade da demanda em sentido estrito (do ato que retira o Estado de sua inércia) e fixa os limites da atividade jurisdicional.⁸⁶

Sendo o princípio dispositivo o fio condutor que une todos os atos de disponibilidade processual, infere-se que a disponibilidade existente sobre a demanda – princípio da demanda – encontra-se inserta, de certo modo, no próprio princípio dispositivo.

Refuta-se, destarte, a concepção tradicional de que o princípio dispositivo diga respeito apenas à gestão do processo *após* a dedução das pretensões em juízo pelas partes.

Sendo assim, depreende-se ainda que as partes, ao deduzir suas pretensões perante o Estado-juiz e pleitear tutela jurisdicional, manifestam ato de liberdade e de autorregramento de sua vontade – com efeito, provavelmente esta representa a maior concretização da autonomia privada no âmbito processual. Isso porque, ao assim fazerem, não apenas optam por submeter os pedidos à apreciação do Estado-juiz (quando poderiam optar pela arbitragem, por exemplo), como fixam os limites em que almejam que o magistrado atue.

2.2. LIBERDADE DAS PARTES NA DETERMINAÇÃO DO MÉRITO

Como visto alhures, a disponibilidade processual abarca principalmente a liberdade na determinação de quais pretensões serão deduzidas em juízo e, conseqüentemente, apreciadas pelo Estado-juiz.

Assim, a máxima que rege o princípio dispositivo no que toca à disponibilidade da demanda e determinação do objeto litigioso é: a jurisdição só age nos limites em que é provocada.⁸⁷ E esta manifestação do princípio dispositivo é a que assume maior relevância ao presente tema.

⁸⁵ OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. Efetividade e Processo de Conhecimento. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS**, v. 2, n. 4. Porto Alegre, 2014, p. 405-418, p. 408.

⁸⁶ LUCCA, Rodrigo Ramina de. **Disponibilidade processual**.... Op. cit., *passim*.

⁸⁷ WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil**, vol. II. Op. cit., p. 82.

Ou seja, é cediço que a tutela jurisdicional é inerte, de modo que apenas pode ser prestada como decorrência de um ato de iniciativa do interessado (o que se traduz no brocado *nemo iudex sine actore; ne procedat iudex ex officio*)⁸⁸ e nos limites em que provocada.

Não por outro motivo, ao conceber o princípio do respeito ao autorregramento da vontade no processo, Fredie Didier Jr. ressalta que a delimitação do objeto litigioso do processo e do recurso constitui uma de suas manifestações.⁸⁹

Por isso, comumente afirma-se que o princípio da demanda se encontra positivado no CPC/2015 ao prever que o processo começa por iniciativa da parte interessada mediante a propositura de ação (arts. 2º e 312)⁹⁰, cabendo a ela a delimitação do mérito da causa na petição inicial (arts. 141 e 319, inc. III)⁹¹ e na contestação (art. 336). O magistrado, a seu turno, encontra-se adstrito a tais pretensões formuladas (art. 141).⁹²

Nesse ínterim, a liberdade das partes na formulação dos pedidos e delimitação do mérito é bastante ampla:

No processo de conhecimento, três são as possíveis pretensões que uma parte pode deduzir, cumuláveis entre si: (i) à declaração jurisdicional de que uma situação jurídica existe ou inexistente; (ii) à constituição ou à desconstituição de uma situação jurídica; (iii) à condenação de alguém a pagar uma prestação obrigacional (pagar quantia em dinheiro, fazer, não fazer ou dar coisa). A cada uma dessas pretensões corresponde uma possível tutela jurisdicional: declaratória, constitutiva/desconstitutiva, condenatória. Se a pretensão deduzida não for *legítima* (isto é, procedente), deve o Estado-juiz rejeitá-la e negar a tutela pleiteada.⁹³

Justamente por ser o momento em que as partes retiram o Estado-juiz de seu ponto inercial e submetem suas pretensões em juízo, a propositura da demanda (formulação dos pedidos) constitui um dos atos processuais que mais expressam a liberdade das partes no âmbito jurisdicional.

⁸⁸ SIQUEIRA, Thiago Ferreira. **Objeto do processo, questões prejudiciais e coisa julgada**... Op. cit., p. 59.

⁸⁹ DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**, vol. 1. Op. cit., p. 132-135. De igual modo, Rodrigo Ramina de Lucca salienta: “O princípio dispositivo é um princípio de liberdade que traduz o necessário respeito e preservação da autonomia privada no âmbito processual” (LUCCA, Rodrigo Ramina de. **Disponibilidade processual**... Op. cit., p. 38).

⁹⁰ CPC/2015, artigo 2º “O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei”.

CPC/2015, artigo 312. “Considera-se proposta a ação quando a petição inicial for protocolada, todavia, a propositura da ação só produz quanto ao réu os efeitos mencionados no art. 240 depois que for validamente citado”.

⁹¹ O art. 141, do CPC/2015 dispõe sobre o princípio da adstrição (ou da correlação), como se verá em 2.3. CPC/2015, “art. 141. O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte”.

CPC/2015, art. 319, inc. III. “A petição inicial indicará: [...] III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido;

⁹² CPC/2015, art. 141. O juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte”.

⁹³ LUCCA, Rodrigo Ramina de. **Disponibilidade processual**... Op. cit., p. 184.

De mais a mais, a liberdade das partes na determinação do *thema decidendum* passa, necessariamente, pela seguinte questão: afinal, o que se entende por mérito e por objeto do processo?

A indagação não é recente e diversos processualistas dela já se ocuparam. A definição do objeto litigioso⁹⁴ constitui, muito provavelmente, uma das mais antigas, debatidas e complexas reflexões do processo civil. E, apesar da impossibilidade de exauri-la no presente trabalho⁹⁵, imprescindível estabelecer o conceito de objeto do processo a fim de determinar em qual medida a liberdade das partes influi em sua determinação e qual a sua (cor)relação com os limites objetivos da coisa julgada.

Necessário realizar, primeiramente, uma advertência terminológica.

Afastar-se-á, no presente trabalho, o uso do termo “lide” como sinônimo de objeto do processo. Consoante Cândido Rangel Dinamarco, há uma “inadequação da colocação da lide como pólo metodológico, na teoria do processo”. O professor paulista explica que, apesar da nítida inspiração *carneluttiana*, “a identificação entre lide e mérito [...] jamais foi feita assim, em termos tão claros e radicais, pelo próprio Carnelutti”.⁹⁶ Salienta, ainda, que o conceito é insuficiente para explicar a hipótese de revelia e de reconhecimento do pedido, nas quais não há contraposição de pedidos.⁹⁷

A lide⁹⁸, outrossim, é mais abrangente que o próprio mérito. Por isso, ao processo não é relevante a lide em si mesma, mas a parte dela que é submetida à apreciação jurisdicional, i.e., deduzida em juízo. E, por não corresponder ao mérito, não é possível demarcar, pelo conceito de lide, os limites objetivos da coisa julgada.⁹⁹

⁹⁴ Consoante Cândido Rangel Dinamarco, há uma “inadequação da colocação da lide como pólo metodológico, na teoria do processo” (DINAMARCO, Cândido Rangel. O conceito de mérito. In:_____. **Fundamentos do Processo Civil Moderno**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986, p. 201). O professor paulista explica que, apesar da nítida inspiração *carneluttiana*, “a identificação entre lide e mérito [...] jamais foi feita assim, em termos tão claros e radicais, pelo próprio Carnelutti” (DINAMARCO, Cândido Rangel. O conceito de mérito. In:_____. **Fundamentos do Processo Civil Moderno**. Op. cit., p. 200).

⁹⁵ Sobre o tema, José Rogério Cruz e Tucci ressalta: “Hoje é tarefa praticamente impossível emitir um conceito unívoco e abrangente de *causa de pedir*. Os especialistas ainda não chegaram a um consenso, sendo que Chiovenda o tem como complexo e delicado”. (TUCCI, José Rogério Cruz e. **A causa petendi no processo civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001, p. 17).

⁹⁶ DINAMARCO, Cândido Rangel. O conceito de mérito. In:_____. **Fundamentos do Processo Civil Moderno**. Op. cit., p. 200-201.

⁹⁷ Idem.

⁹⁸ Vale frisar o conceito clássico concebido por Carnelutti pelo qual “A lide, portanto, pode se definir como um conflito (intersubjetivo) de interesses qualificado por uma pretensão contestada (discutida)” (CARNELUTTI, Francesco. **Instituições do processo civil**, vol. I. Adrián Sotero de Witt Batista (trad. por). Campinas: Editora Servanda, 1999, p. 78).

⁹⁹ SILVA, Ricardo Alexandre da. **Limites objetivos da coisa julgada e questões prejudiciais**. Op. cit., p. 74-75.

Por conseguinte, o termo “objeto litigioso” é dotado de igual impropriedade, preferindo-se o uso da expressão “objeto do processo” e de seu equivalente, “mérito”.¹⁰⁰ A par disso, o CPC/2015 – diferentemente do Código Buzaid – não emprega o conceito de lide para caracterizar o objeto do processo.¹⁰¹

Com efeito, a expressão que o CPC/2015 emprega ao se referir ao fenômeno ora analisado é “mérito”, como se vê nos arts. 355 e 356, ao tratar do julgamento parcial do mérito, nos arts. 485 a 487, que dispõem sobre hipóteses em que há ou não resolução de mérito e, especialmente, no art. 502, ao prever que a coisa julgada material torna indiscutível e imutável a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

Pois bem. A problemática reside, então, na determinação do conteúdo do mérito – se composto apenas pelo pedido, por ele e pela causa de pedir ou, ainda, por estes e o contraditório do réu.

A questão é relevante ao presente trabalho porque é imprescindível perquirir se as questões prejudiciais acrescem ao mérito, tornando-se objeto do processo; ou se, ao revés, o Estado-juiz delas deve conhecer, mas tais questões extrapolam ao mérito, tornando os limites objetivos da *res iudicata* mais abrangentes que o próprio objeto do processo.

Boa parte da doutrina brasileira relaciona o objeto do processo à pretensão processual qualificada ou individualizada pela causa de pedir^{102 - 103} Tal construção remonta, com as devidas ressalvas, aos ensinamentos de Karl Heinz Schwab, que identifica o objeto do processo

¹⁰⁰ É inegável que o conceito de lide é indispensável à justificativa da atuação jurisdicional. Não corresponde, entretanto, ao mérito do processo. Deste modo, Ricardo Alexandre da Silva ressalta: “O conflito entre as partes é sociológico. Justamente por isso é inservível para a definição do objeto litigioso do processo. Este é apenas a fração do conflito que é levada ao judiciário.” (SILVA, Ricardo Alexandre da. **Limites objetivos da coisa julgada e questões prejudiciais**. Op. cit., p. 86).

¹⁰¹ ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil**, vol. 1. Op. cit., p. 559.

¹⁰² A título exemplificativo, TALAMINI, Eduardo. **Coisa julgada e sua revisão**. Op. cit., p. 79; DINAMARCO, Cândido Rangel. O conceito de mérito. In: _____. Op. cit., p. 218-219; ALVIM, Arruda. **Manual de Direito Processual Civil: teoria do processo e processo de conhecimento**. 17. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017, p. 179; ASSIS, Araken de. **Processo civil brasileiro**, vol. I: parte geral: fundamentos e distribuição de conflitos. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 697; LEONEL, Ricardo de Barros. Objeto litigioso do processo e o princípio do duplo grau de jurisdição. In: TUCCI, José Rogério Cruz e Tucci; BEDAQUE, José Roberto dos Santos (coord. por). **Causa de pedir e pedido no processo civil: (questões polêmicas)**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 344-411, p. 367.

¹⁰³ Com precisão, Rodrigo Ramina de Lucca salienta: “Se o autor *deve* definir o que pleitear ao juiz, então ele não está pedindo a resolução de uma lide, mas a satisfação de algo que deseja, algo que busca, algo de que precisa: isso é o que se chama pretensão processual”. (LUCCA, Rodrigo Ramina de. O mérito do processo e as condições da ação. In: **Revista de Processo**, vol. 188. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 69 – 100, n. 3).

ao pedido.¹⁰⁴ A premissa, contudo, não é uníssona, havendo vozes que sustentam que a causa de pedir integra, ao lado do pedido, o objeto do processo.¹⁰⁵

É indiscutível a relevância da *causa petendi* não apenas na identificação da demanda – no contexto do processo civil brasileiro, que adota a teoria da *tria eadem* – mas também na qualificação do pedido. Entretanto, tal importância não leva à necessária conclusão de que a causa de pedir também integra o mérito.

Em sua obra clássica sobre o tema, Schwab já mencionava a essencialidade do “estado de cosas” (o que se poderia entender por causa de pedir) para individualizar a demanda. Mas ressalva que, apesar de sua função individualizadora, o “estado de cosas” não integra o objeto do processo.¹⁰⁶

Logo, depreende-se que o objeto do processo corresponde à pretensão processual. Frisa-se que o conceito de pretensão, nesse contexto, assume natureza eminentemente processual. Destarte, enquanto objeto do processo, a pretensão é “ato por meio do qual se requer a prestação da tutela jurisdicional capaz de debelar uma certa crise jurídica, e, com isso, dar acesso a determinado bem da vida”.¹⁰⁷

Igualmente, não integram o objeto do processo as exceções substanciais.¹⁰⁸ O réu não deduz pretensões, apenas a elas resiste. Isto é, “apenas o ato de vontade da parte que tenha como objetivo veicular pretensão quanto a um bem da vida tem a eficácia de alterar o objeto litigioso do processo”.¹⁰⁹⁻¹¹⁰

¹⁰⁴ Para Schwab, “Objeto litigioso es la petición de la resolución designada en solicitud. Esa petición necesita sin embargo en todos los casos ser *fundamentada* por hechos” (SCHWAB, Karl Heinz. **El objeto litigioso en el proceso civil**. BANTHAF, Tomas (trad. por). Buenos Aires: Ediciones Juridicas Europa-America, 1968, p. 251).

¹⁰⁵ Nesse sentido, MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil**, vol. 1. Op. cit., p. 559. MITIDIERO, Daniel. Abrangência da coisa julgada no plano objetivo – segurança jurídica. In: **Revista de Processo**. Op. cit., n. 2.

¹⁰⁶ SCHWAB, Karl Heinz. **El objeto litigioso en el proceso civil**. Op. cit., p. 250.

¹⁰⁷ SIQUEIRA, Thiago Ferreira. **Objeto do processo, questões prejudiciais e coisa julgada...** Op. cit., p. 43-44.

¹⁰⁸ Marcelo Machado Pacheco manifesta igual entendimento ao afirmar: “As defesas de mérito que veiculam pedido de tutela jurisdicional muito se assemelham à demanda, e podem culminar no reconhecimento de direitos em favor do réu. Ocorre que, embora aceitemos a formulação de “demandas informais”, no ato da contestação (reconvenções sem peça autônoma), não entendemos seja possível interpretar toda “exceção substancial” como demanda. É necessário que, além disso, a vontade de demandar seja inequívoca, de modo que se possa impor ao autor o ônus de uma resposta adequada” (MACHADO, Marcelo Pacheco. **Demanda e tutela jurisdicional: estudo sobre forma, conteúdo e congruência**. Tese. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 245).

¹⁰⁹ Idem.

¹¹⁰ Em sentido diverso, Fredie Didier entende que, quando o réu exerce um contradireito, acrescenta ao processo a afirmação de um direito que comporá o objeto litigioso da decisão. “O objeto litigioso, neste caso, passa a ser o conjunto das afirmações de existência de um direito feitas pelo autor e pelo réu”. (DIDIER JÚNIOR, Fredie. Algumas novidades sobre a disciplina normativa da coisa julgada no Código de Processo Civil brasileiro de 2015. In: _____; CABRAL, Antonio do Passo (coord. por). **Coisa julgada e outras estabilidades processuais**. Op. cit., p. 87-88).

Partindo dessas premissas, conclui-se que as questões prejudiciais incidentais, apesar de serem objeto de cognição, não compõem o objeto do processo. Novamente, não se nega que são objeto de cognição por parte do magistrado. Contudo, não integram o mérito porque não são pretensões processuais, deduzidas pelas partes, mas apenas antecedentes lógicos à análise dos pedidos efetivamente formulados. Prova disso é que, se o pedido for julgado e a questão prejudicial não influenciar a sentença, não há que se dizer que o mérito não foi analisado.

Retomando o exemplo anteriormente citado: em ação de petição de herança na qual se pleiteia parte dos bens deixados pelo *de cujus*, é plenamente possível que a demanda seja julgada improcedente, sem que se analise a questão da paternidade, devido à ausência de bens; e é inegável que a sentença analisou o mérito em sua integralidade.

Ademais, admitir que a questão prejudicial acresce ao mérito se, ao final da demanda, for confirmada a dependência do pedido em relação a ela torna o processo deveras inseguro, pois se admite que o mérito nunca se estabiliza, que sofre acréscimos na medida em que as partes se vejam diante de novas questões prejudiciais.

As questões prejudiciais de mérito são, em verdade, questões de mérito – mas que não compõem o mérito. A distinção é feita com precisão por Cândido Rangel Dinamarco, para quem “essa construção assim concebida pressupõe que o mérito seja diferente das *questões de mérito*, i.e., que ele seja distinto dos pontos duvidosos cuja solução conduz ao julgamento de sua procedência ou improcedência”.¹¹¹

Significa dizer: o mérito é a pretensão processual que será julgada procedente ou improcedente; logo, as questões prejudiciais incidentais não são pretensões processuais e nem são julgadas procedentes ou improcedentes. Constituem tão somente antecedentes lógicos ao julgamento do mérito, às quais o legislador deliberadamente outorgou a possibilidade de serem acobertadas pela coisa julgada.

Diferentemente era a situação em que, sob a égide do CPC/73, a parte, por meio de ação declaratória incidental, formulava pedido expresso para que a resolução da questão prejudicial incidental formasse coisa julgada material. Nesse caso, o pedido declaratório “ampliaria o objeto do processo, fazendo com que sua resolução passasse a figurar no

¹¹¹ DINAMARCO, Cândido Rangel. O conceito de mérito. In: _____. **Fundamentos do Processo Civil Moderno**. Op. cit., p. 193.

dispositivo da sentença”.¹¹² Por haver pretensão nesse sentido, passava a questão prejudicial incidental a compor o objeto no processo.

Por isso, com a devida vênia, não há razão de ser na divisão entre prejudicial principal e incidental “[...] conforme íntegro, ou não, o objeto do processo, em decorrência da formulação de pedido em sentido técnico a seu respeito, ou até mesmo por força de lei”.¹¹³ Se a questão prejudicial incidental for deduzida como pretensão, passa a integrar o objeto do processo e torna-se, assim, pedido. Consequentemente, submete-se ao regime dito tradicional da coisa julgada (art. 503, *caput*, CPC/2015), não ao regime reservado às questões prejudiciais incidentais (art. 503, §§1 e 2º, CPC/2015).

Note-se que a situação é diversa da cumulação sucessiva de pedidos. Quando há o cúmulo sucessivo, permanece a relação de prejudicialidade entre um pedido e outro, uma vez que existe prejudicialidade entre a demanda principal e a demanda acessória, considerando a relação existente entre um pedido e outro.¹¹⁴

A discussão conceitual acerca da composição do mérito, outrossim, possui implicações relevantes também em se tratando da disponibilidade processual. Diante disso, há duas possíveis conclusões.

Caso se entenda que as questões prejudiciais incidentais compõem o mérito, então se conclui necessariamente que as partes não mais possuem o monopólio na determinação do mérito; conclui-se ainda que o objeto do processo é composto por questões (e não pretensões) que não foram expressamente formuladas pelas partes. Nesse cenário, inegável a mitigação à liberdade das partes no que toca à delimitação do *thema decidendum*.

Ao contrário, caso se pressuponha que as questões prejudiciais incidentais não compõem o mérito, que são questões de mérito (que devem ser objeto de cognição) – posição adotada no presente trabalho – a liberdade das partes no que toca à delimitação do *thema decidendum* permanece hígida. Ou seja, como as questões prejudiciais não são objeto de demanda das partes, não integram o *meritum causae*.¹¹⁵

¹¹² THEODORO JÚNIOR, Humberto. Limites objetivos da coisa julgada no novo Código de Processo Civil. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie; CABRAL, Antonio do Passo (coord. por). **Coisa julgada e outras estabilidades processuais**. Op. cit., p. 179.

¹¹³ MATTOS, Sérgio. Resolução da questão prejudicial e coisa julgada: primeiras linhas sobre o art. 503, §§1º e 2º do CPC/2015. In: **Coisa julgada e outras estabilidades processuais**. Salvador: Editora Juspodivm, 2018, p. 207-229, p. 209.

¹¹⁴ Cf. DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil, vol. II. 5. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2005, p. 167-169.

¹¹⁵ Em igual sentido, SIQUEIRA, Thiago Ferreira. **Objeto do processo, questões prejudiciais e coisa julgada...** Op. cit., p. 408.

Considerando que as questões prejudiciais não integram o mérito, impende analisar em que medida a liberdade das partes e a disponibilidade processual foram afetadas pelo regime da coisa julgada delineado pelo CPC/2015, bem como se a previsão macula o princípio da demanda.

Para Rodrigo Ramina de Lucca, o novo regime da coisa julgada viola o princípio dispositivo porque extrai decisões de mérito que não foram pedidas pelas partes de “decisões incidentais que deveriam servir apenas como premissas decisórias”.¹¹⁶

Giovanni Bonato, a seu turno, não vislumbra violação ao princípio dispositivo, estando a nova codificação “em sintonia com a renovada visão publicística do processo civil”.¹¹⁷ Consoante o professor italiano, “a parte fica livre quanto à iniciativa do processo, cabendo à lei a determinação objetiva do processo instaurado pela parte”.¹¹⁸ O posicionamento alinha-se com as lições de Luiz Guilherme Marinoni, para quem o princípio dispositivo não pode determinar a abrangência da coisa julgada.¹¹⁹

A despeito dos posicionamentos supramencionados, entende-se que o regime da coisa julgada sobre questões prejudiciais não infringe o princípio da demanda. No entanto, a liberdade das partes e a disponibilidade processual sofreram mitigação.

Partindo da premissa de que as questões prejudiciais não integram o *meritum causae*, depreende-se que o regime da coisa julgada sobre questão prejudicial delineado pelo CPC/2015 não viola o princípio da demanda porque as partes ainda detêm o monopólio acerca da delimitação do mérito.

Entretanto, a disponibilidade e liberdade das partes no processo foram mitigadas, visto que a nova codificação pôs fim ao monopólio das partes na determinação dos limites objetivos da coisa julgada. Assim, a resolução de questões que não foram deduzidas como pretensão passam a ter aptidão de se tornarem imutáveis pela autoridade da coisa julgada.

¹¹⁶ LUCCA, Rodrigo Ramina de. **Disponibilidade processual...** Op. cit., p. 236.

¹¹⁷ BONATO, Giovanni. Algumas considerações sobre coisa julgada no Novo Código de Processo Civil brasileiro: limites objetivos e eficácia preclusiva. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie; CABRAL, Antonio do Passo (coord. por). **Coisa julgada e outras estabilidades processuais**. Salvador: Editora Juspodivm, 2018, p. 198.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Nessa perspectiva, Luiz Guilherme Marinoni assevera que “[...] o princípio dispositivo não pode determinar o local de incidência da coisa julgada ou regular a autoridade dos atos do juiz. Bem por isso, a ligação do princípio dispositivo com a coisa julgada só pode ser vista como não aberrante da lógica se partir da premissa de que a vontade dos litigantes prevalece sobre a segurança jurídica e a coerência do direito – resultado este que não parece ser menos absurdo” (MARINONI, Luiz Guilherme. **Coisa julgada sobre questão**. Op. cit., p. 172).

2.3. PRINCÍPIO DA ADSTRIÇÃO DO JUIZ AOS PEDIDOS E PREVISIBILIDADE DOS LIMITES DA *AUCTORITAS REI IUDICATAE*

O princípio da adstrição do juiz aos pedidos (também denominada correlação ou congruência) “estabelece uma relação tendencial entre o conteúdo do objeto do processo e o do objeto da decisão”.¹²⁰ Isto é, trata-se de regra que se assenta na comparação de dois atos processuais: a demanda e a sentença¹²¹. Forma, assim, ligação inexorável entre as pretensões deduzidas pelas partes e a decisão proferida pelo Estado-juiz.

O CPC/2015 positivou o princípio da adstrição no art. 141, pelo qual “o juiz decidirá o mérito nos limites propostos pelas partes, sendo-lhe vedado conhecer de questões não suscitadas a cujo respeito a lei exige iniciativa da parte”.¹²²

O princípio da correlação é comumente tido como decorrência lógica do princípio da demanda – se as partes detêm a liberdade e prerrogativa de deduzir suas pretensões em juízo, o Estado-juiz possui o poder-dever de decidi-las nos exatos limites em que propostas. Nestes termos, “a individualização da pretensão do autor determina, em virtude do princípio da congruência (arts. 141 e 492, *caput*, do NCPC), os limites do futuro julgamento”.¹²³

Como decorrência, decisões judiciais que não correspondam ao alcance da atividade jurisdicional determinado pelas partes violam o art. 141, do CPC/2015. Por conseguinte, é defeso ao órgão jurisdicional julgar além (*ultra petita*), *aquém* (*citra* ou *infra petita*) ou fora do pedido (*extra petita*).¹²⁴

Significa dizer: “está o juiz objetivamente limitado aos elementos da demanda deduzidos pelo autor na inicial”.¹²⁵ O âmbito da atuação do julgador é balizado pelo pedido e pelos motivos deduzidos pelo autor.¹²⁶ E a falta de correlação entre pedido e sentença deve ser decretada de ofício, nada obstante a ausência de impugnação da parte quanto a este trecho da

¹²⁰ SIQUEIRA, Thiago Ferreira. **Objeto do processo, questões prejudiciais e coisa julgada...** Op. cit., p. 295.

¹²¹ MACHADO, Marcelo Pacheco. **Demanda e tutela jurisdicional...** Op. cit., p. 245.

¹²² O CPC/73 contava com previsão legal equivalente, o art. 128, que dispunha: “o juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte”. Novamente, salienta-se a opção terminológica – e, entre nós, comemorada – do CPC/2015 de substituir o termo “lide” por “mérito”.

¹²³ ASSIS, Araken de. **Processo civil brasileiro**, vol. I. Op. cit., p. 695.

¹²⁴ MEDINA, José Miguel Garcia. **Novo Código de Processo Civil comentado**: com remissões e notas comparativas ao CPC/1973. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 266.

¹²⁵ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Os elementos objetivos da demanda examinados à luz do contraditório, In: TUCCI, José Rogério Cruz e Tucci; BEDAQUE, José Roberto dos Santos (coord. por). **Causa de pedir e pedido no processo civil**: (questões polêmicas). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 13-52, p. 24.

¹²⁶ Idem.

decisão.¹²⁷ Ademais, deve existir relação de simetria não apenas entre o pedido contido na inicial e o comando decisório da sentença, mas também entre as estruturas da petição inicial e da sentença.¹²⁸

Sobre o assunto, Barbosa Moreira frisa que o princípio da correlação atua em duas perspectivas: de um lado, proíbe que o juiz exceda o pedido ou julgue fora dele; por outro prisma, impõe ao juiz o dever de pronunciar-se sobre todo o pedido – “nada além do pedido, mas todo o pedido. O vício de uma sentença que não julga o pedido por inteiro é tão grave quanto o vício de uma sentença que extravasa os limites do pedido”.¹²⁹

Apesar de a correlação estar prevista em lei ordinária, não na CF/88, seu fundamento encontra guarida nas garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa. A integridade desses princípios, outrossim, é justamente o que a regra da correlação objetiva tutelar.¹³⁰

Note-se que o princípio da adstrição do juiz aos pedidos não diz respeito às questões cognoscíveis de ofício, como objeções de direito material (pagamento e decadência, por exemplo) e objeções de direito processual (coisa julgada e litispendência, por exemplo).¹³¹ Trata-se, com efeito, da vedação ao julgamento das pretensões formuladas pelas partes em descompasso com o que fora pleiteado inicialmente por elas, não à proibição de questões que podem (e devem!) ser conhecidas *ex officio*.

Durante a vigência do CPC/73, o princípio da correlação assumia um papel preponderante em relação à *auctoritas rei iudicatae*. Isso porque o princípio da adstrição do juiz aos pedidos formava o elo entre o *petitum* e os limites objetivos da coisa julgada, haja vista a imutabilidade recair apenas sobre a resolução das pretensões deduzidas pelas partes.

Tornava-se imutável, dito de outro modo, apenas o objeto do processo – e o princípio da congruência é que impunha o liame entre tal objeto e a coisa julgada. Sob a égide da antiga legislação processual, José Roberto dos Santos Bedaque prelecionava:

Assim, só são abrangidas pela coisa julgada as questões que constituam objeto do processo em sentido estrito e não aquelas que tiveram de ser examinadas como

¹²⁷ ALVIM, Arruda. **Manual de Direito Processual Civil**: teoria do processo e processo de conhecimento. Op. cit., p. 1014.

¹²⁸ ALVIM, Teresa Arruda. **Nulidades do processo e da sentença**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018, e-book, n. 1.5.3.

¹²⁹ MOREIRA, José Carlos Barbosa. Correlação entre o pedido e a sentença. In **Revista de Processo**, Op. cit.

¹³⁰ BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Os elementos objetivos da demanda examinados à luz do contraditório. In: TUCCI, José Rogério Cruz e Tucci; BEDAQUE, José Roberto dos Santos (coord. por). **Causa de pedir e pedido no processo civil**... Op. cit., p. 34. Igualmente, MOREIRA, José Carlos Barbosa. Correlação entre o pedido e a sentença. In **Revista de Processo**, *passim*.

¹³¹ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. Op. cit., p. 286.

premissa lógica da questão principal (questões prejudiciais). São elas conhecidas, mas não decididas. É irrelevante, para efeito de coisa julgada, a amplitude da matéria lógica discutida e examinada no processo.¹³²

Logo, pelo CPC/73, a coisa julgada possuía estrita correlação com as pretensões deduzidas expressamente pelas partes. Ainda que se entenda que o contradireito do réu integra o objeto do processo, era necessário que ele deduzisse expressamente (ainda que não como pretensão) seu contradireito. Nenhuma questão formava coisa julgada material sem que a parte a tivesse suscitado, ou seja, expressamente pedido.¹³³ Em consonância com os entendimentos doutrinários, o STJ igualmente consignava que “a resolução de questão prejudicial só faz coisa julgada quando a parte assim o pleiteia”.¹³⁴

De mais a mais, a opção do ordenamento por restringir a coisa julgada ao dispositivo tinha como principal fundamento o princípio da demanda que, ao conferir às partes a prerrogativa de delimitar o objeto do processo, atribuía a elas também a prerrogativa de definir os limites objetivos da *res iudicata*.¹³⁵

Destarte, para Antonio do Passo Cabral, “a limitação da coisa julgada a uma específica seção da sentença (o dispositivo) deriva de uma projeção da vontade dos litigantes”.¹³⁶ Nesse toar, os limites objetivos da coisa julgada, na vigência do CPC/73, eram “os limites colocados pelas partes no pedido”.¹³⁷ E o princípio da correlação é que transportava a operação realizada pelas partes ao deduzir suas pretensões para o conteúdo da sentença. Por isso, apenas sobre o dispositivo, *locus* em que o magistrado responde ao pedido, incidia a coisa julgada material.¹³⁸

¹³² BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Os elementos objetivos da demanda examinados à luz do contraditório. In: TUCCI, José Rogério Cruz e Tucci; BEDAQUE, José Roberto dos Santos (coord. por). **Causa de pedir e pedido no processo civil...** Op. cit., p. 27.

¹³³ Teresa Arruda Alvim frisa com a acuidade que lhe é peculiar: “Também a *Dispositionsmaxime* (*principe dispositif*) ou princípio dispositivo pode ser visto como uma das razões para que a coisa julgada não alcance motivação (especialmente as prejudiciais ou *Vorfragen*): de acordo com esse princípio, o autor tem o papel e o dever de criar limites para o *cognitio* do juiz e para a decisão correspondente. Entende-se que um juiz não pode decidir com a força de coisa julgada (*Rechtskraft*), de maneira definitiva, se o autor não o pediu” (ALVIM, Teresa Arruda. O que é abrangido pela coisa julgada no Direito Processual Civil brasileiro: a norma vigente e as perspectivas de mudança. In: **Revista de Processo**. Op. cit., n. 2).

¹³⁴ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AgInt nos EREsp 1318851/BA, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, julgado em 10/08/2016, DJe 12/09/2016.

¹³⁵ LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. A extensão da coisa julgada às questões apreciadas na motivação da sentença. In: **Revista de Processo**, vol. 216. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 431-438.

¹³⁶ CABRAL, Antonio do Passo. **Coisa julgada e preclusões dinâmicas**. Op. cit., p. 89.

¹³⁷ *Idem*.

¹³⁸ *Ibidem*, p. 89-90. Igualmente, nas palavras de Daniel Mitidiero, “[...] como é de mediana intuição, existe uma inexorável ligação entre mérito da causa, objeto da pronúncia judicial e limites objetivos da coisa julgada. O liame é de fácil visualização: o mérito da causa demarca as questões que devem ser enfrentadas pelo juízo e que, com o trânsito em julgado, não poderão mais ser discutidas pelas partes” (MITIDIERO, Daniel. Abrangência da coisa julgada no plano objetivo – segurança jurídica. In: **Revista de Processo**. Op. cit., n. 3).

Com o advento do CPC/2015, as questões prejudiciais de mérito passaram a compor a matéria que se tornará imutável por força da coisa julgada. Portanto, como exposto anteriormente, não é mais apenas a decisão de conteúdo meritório que faz coisa julgada material, mas também a resolução das questões prejudiciais – independentemente de pedido das partes. Inclusive, nesse sentido foi redigido o enunciado nº 165 do FPPC: “A análise de questão prejudicial incidental, desde que preencha os pressupostos dos parágrafos do art. 503, está sujeita à coisa julgada, independentemente de provocação específica para o seu reconhecimento”.

Deste modo, é inegável que a determinação de quais questões serão imutabilizadas pela coisa julgada tornou-se mais imprevisível no CPC/2015 do que era na antiga codificação.

Explica-se: com a alteração do anterior regime restritivo da *res iudicata*, questões que não foram expressamente deduzidas pelas partes, i.e., que não são pretensões e que não integram o objeto do processo, são aptas a formarem coisa julgada desde que preenchidos os requisitos do art. 503, §§1º e 2º, do CPC/2015. Daí o incremento da imprevisibilidade acerca de quais questões serão imutabilizadas pela *res iudicata*.

Imperioso salientar que o regime da coisa julgada sobre questões prejudiciais de mérito não macula o princípio da correlação, pois os pedidos ainda devem ser julgados em seu exato limite, não podendo a sentença ser *extra*, *infra* ou *ultra petita*.

Com efeito, o regime especial da coisa julgada extrapola a própria regra da adstrição, pois a ela não se submete. Como a questão prejudicial incidental de mérito não é pretensão, não há dever de enfrentamento ao seu respeito (como ocorre com os pedidos). Nas palavras de Thiago Ferreira Siqueira, não há “dever decisório” a respeito das questões prejudiciais incidentais.¹³⁹ Por não compor o objeto do processo, a ausência de análise da prejudicial pode levar à violação do dever de fundamentação, mas não à violação do princípio da congruência.¹⁴⁰

Nesse diapasão, o princípio da adstrição do juiz aos pedidos passa a coexistir com a imprevisibilidade acerca de quais questões prejudiciais formarão coisa julgada material.

Ressalta-se: a regra da congruência permanece incólume na nova codificação; o Estado-juiz permanece obrigado a julgar as pretensões deduzidas pelas partes em seus exatos limites. Mas a previsibilidade que o antigo regime propiciava, na medida em que apenas a

¹³⁹ SIQUEIRA, Thiago Ferreira. **Objeto do processo, questões prejudiciais e coisa julgada**. Op. cit., p. 105-306.

¹⁴⁰ Idem.

resolução dos pedidos formulados pelas partes transitaria em julgado, foi manifestamente reduzida com a ampliação dos limites objetivos da coisa julgada.

Houve, outrossim, a mitigação da projeção pedido-dispositivo, na medida em que, no dispositivo, passa a incluir-se também a resolução das questões prejudiciais, ainda que formem igualmente coisa julgada as questões prejudiciais incidentais decididas apenas na motivação.¹⁴¹ Inclusive, esse é o entendimento plasmado no Enunciado nº 438 do FPPC ao dispor: “É desnecessário que a resolução expressa da questão prejudicial incidental esteja no dispositivo da decisão para ter aptidão de fazer coisa julgada”.

A projeção das pretensões ao dispositivo passa a coexistir com a imprevisível formação de coisa julgada sobre questões prejudiciais incidentais que podem advir no curso da demanda. Assim, as partes deixam de ter previsibilidade acerca das questões que serão, efetivamente, objeto de apreciação do juiz e cuja decisão formará coisa julgada.

¹⁴¹ A resolução da questão prejudicial pode estar contida apenas na motivação ou constar expressamente do dispositivo. Ou seja, “Pouco importa que esse comando resolutório da questão prejudicial esteja formalmente inserido na motivação ou na parte dispositiva da sentença ou da interlocutória de mérito. Respeitados os pressupostos dos §§1º e 2º, ele fará coisa julgada” (WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil**, vol. 2. 16. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 803).

3 COISA JULGADA SOBRE QUESTÃO PREJUDICIAL E PONDERAÇÃO DE VALORES

“Na busca por segurança – eis o paradoxo –, o homem terminou por sentir-se mais inseguro” ¹⁴²

3.1. OS MOTIVOS QUE LEVARAM À AMPLIAÇÃO DOS LIMITES OBJETIVOS DA COISA JULGADA

É cediço que a determinação dos limites objetivos da coisa julgada e de sua eficácia preclusiva é uma opção de política legislativa.¹⁴³ Isto é, as balizas da imutabilidade são decorrências de escolhas e influxos legislativos, estando sujeitas a dilatações e constrictões. Não há, destarte, imperativos máximos a seu respeito. Nas palavras de Bruno Vasconcelos Carrilho Lopes:

[...] a limitação da coisa julgada às questões apreciadas no dispositivo da sentença não é um dogma inviolável. Delimitar a abrangência da coisa julgada é uma questão de política legislativa, que envolve a interpretação dos princípios fundamentais do processo e o sopesamento das vantagens e desvantagens de cada uma das alternativas possíveis. ¹⁴⁴

Sem embargo, algumas razões de ordem jurídica foram determinantes ao abandono da teoria restritiva plasmada no CPC/73. Ainda sob a égide da antiga codificação a doutrina já sustentava a necessidade de superar o dogma de que a coisa julgada deveria recair somente sobre o objeto litigioso do processo.

A preponderância do interesse público, intrínseco ao instituto da coisa julgada, era o principal motivo levantado por aqueles que apontavam a obsolescência da teoria restritiva.¹⁴⁵

Nesse ínterim, entendia-se que a limitação da *res iudicata* ao dispositivo refletia um sistema em que os particulares é quem definiam a estabilidade da sentença estatal: “o que não é pedido não é julgado, e então não consta do dispositivo e não se torna imutável”.¹⁴⁶

¹⁴² ÁVILA, Humberto. **Teoria da segurança jurídica**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2014, p. 54.

¹⁴³ Por todos, MONTELEONE, Girolamo. **Diritto Processuale Civile**, 3. ed., Padova: Cedam, 2002, p. 531-532.

¹⁴⁴ LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. A extensão da coisa julgada às questões apreciadas na motivação da sentença. In: **Revista de Processo**. Op. cit., p. 431-438.

¹⁴⁵ Assim afirma Luiz Guilherme Marinoni: “A coisa julgada é um elemento de direito público, indispensável à garantia da segurança jurídica e coerência do direito” (MARINONI, Luiz Guilherme. **Coisa julgada sobre questão**. Op. cit., 2018, p. 171).

¹⁴⁶ CABRAL, Antonio do Passo. **Coisa julgada e preclusões dinâmicas**. Op. cit., p 38.

Assim, em interpretação ao princípio dispositivo, às partes era conferido o poder de determinar quais matérias seriam alcançadas pela coisa julgada.¹⁴⁷ Nesse toar, interesses públicos relevantes num regime de estabilidade processual – como harmonia entre julgados, eficiência e igualdade, que fugiam à esfera de disposição das partes – eram negligenciados.¹⁴⁸ Sendo a coisa julgada instituto constitucional e pertencente ao direito público, seu campo de incidência não deveria restar completamente submetido ao voluntarismo das partes.¹⁴⁹

Nesse panorama, o embate entre publicismo e privatismo processual é bastante sensível.¹⁵⁰ De um lado, tem-se a vontade das partes, a disponibilidade processual, concretizada na determinação dos limites objetivos da coisa julgada e na sua correlação com o pedido. De outro vértice, imperam razões de ordem pública, isto é, valores caros ao sistema processual que acabam por mitigar o âmbito de disponibilidade das partes e seu controle acerca de quais questões serão imutabilizadas pela *res iudicata*.

Acerca desse conflito, Teresa Arruda Alvim preleciona:

[...] na minha opinião, o processo civil está atualmente sendo visto cada vez menos como *Sache der Parteien* (ou coisa das partes). Essa abordagem leva à conclusão de que talvez o espectro da coisa julgada não deva ser deixado inteiramente à iniciativa das partes. Há razões relacionadas com essa abordagem publicística que recomendam uma mudança nesse rígido regime, favorecendo a efetividade procedimental.¹⁵¹

A par disso, também os limites subjetivos da coisa julgada têm sido paulatinamente questionados. Com base na eficiência e isonomia, o preceito de que a coisa julgada se forma apenas *inter partes* tem sido igualmente contestado.¹⁵²

¹⁴⁷ LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. A extensão da coisa julgada às questões apreciadas na motivação da sentença. In: **Revista de Processo**. Op. cit., p. 431-438.

¹⁴⁸ CABRAL, Antonio do Passo. **Coisa julgada e preclusões dinâmicas**. Op. cit., p. 38-39. Para Antonio do Passo Cabral, o regime concebido pelo CPC/73 (por ele denominado de modelo tradicional) possuía diversas falhas, pois era privatista, estático, orientado ao passado, cognitivista e fracionado. Para uma análise mais detida do assunto, cf. _____. **Coisa julgada e preclusões dinâmicas**. Op. cit., *passim*.

¹⁴⁹ *Ibidem*, p. 152.

¹⁵⁰ Sobre o tema, cf. LUCCA, Rodrigo Ramina de. **Disponibilidade processual...** Op. cit., *passim*. RAATZ, Igor. **Autonomia privada e processo civil**: negócios jurídicos processuais, flexibilização procedimental e o direito à participação na construção do caso concreto. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 86-189.

¹⁵¹ ALVIM, Teresa Arruda. O que é abrangido pela coisa julgada no Direito Processual Civil brasileiro: a norma vigente e as perspectivas de mudança. In: **Revista de Processo**. Op. cit., n. 2.

¹⁵² Cf. MARINONI, Luiz Guilherme. Coisa julgada sobre questão. Op. cit., p. 311 e ss. Para Jordi Nieva-Fenoll, “*En realidad, la conclusión de que la cosa juzgada tenga solamente efectos inter partes parte de una visión meramente contractualista del proceso, aunque no se tenga consciencia de ello*” (NIEVA-FENOLL, Jordi. Imprecisiones privatistas de la ciencia jurisdiccional. In: **Revista de Processo**, vol. 220. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 113 – 156, n. 2).

Como se vê, diversas vozes insurgiram-se contra o regime dos limites objetivos da coisa julgada no CPC/73. Ao pleitear a ampliação desses limites, levantaram motivos que se consubstanciam, primordialmente, em três princípios: segurança jurídica, eficiência e boa-fé.

3.1.1. Segurança jurídica e coerência sistêmica

A segurança jurídica erige-se como um dos pilares do Estado Democrático de Direito, sendo dele inafastável.¹⁵³ É, por isso, elemento inexorável do processo civil no Estado Constitucional e, nada obstante a ausência de previsão expressa no texto constitucional, o direito fundamental à segurança jurídica é consagrado constitucionalmente.^{154 - 155}

O conceito de segurança jurídica é tão essencial quanto complexo e polissêmico. A par disso, não foram poucos os autores que se debruçaram sobre a problemática.

Justamente pela imprecisão conceitual, a segurança jurídica é usualmente compreendida pelas “[...] suas características fundamentais, corolários ou mesmo finalidades, classicamente organizadas sob a forma de um trinômio: acessibilidade, estabilidade e previsibilidade do Direito”.¹⁵⁶ Vale dizer: a segurança jurídica é a exigência de um Direito acessível, estável e previsível.¹⁵⁷

¹⁵³ OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. **Teoria e prática da tutela jurisdicional**. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 129; Igualmente, Almiro do Couto e Silva: “No primeiro sentido, elementos estruturantes do Estado de Direito são as idéias de justiça e de segurança jurídica” (COUTO E SILVA, Almiro. *Princípios da legalidade da Administração Pública e da segurança jurídica no Estado de Direito Contemporâneo*. In: **Revista da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul**, vol. 27. Porto Alegre: Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, 2004, p. 13-33, p. 13).

¹⁵⁴ MARINONI, Luiz Guilherme. ARENHART, Sérgio Cruz. MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil**, vol. 1. Op. cit., p. 517.

¹⁵⁵ Em sentido contrário, para Humberto Ávila, a segurança jurídica é assegurada na CF/88 “porque, ao instituir, no seu art. 1º, um Estado Democrático de Direito destinado a “assegurar a segurança como valor”, a CF/88 refere-se a um objetivo social que ultrapassa a dimensão meramente psicológica ou física” (ÁVILA, Humberto. *Teoria da segurança jurídica*. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014, p. 263). Igualmente, Humberto Theodoro Júnior ensina: “A Constituição brasileira consagra o princípio da segurança jurídica em mais de uma oportunidade. Já no preâmbulo se anuncia que o Estado Democrático de Direito, de que se constitui a República Federativa do Brasil, está destinado a garantir, entre outros direitos fundamentais, a segurança. Esta, ao lado de outros direitos da mesma estirpe, se insere no rol dos “valores supremos de uma sociedade fraterna pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social”. Também no art. 5º, caput, da CF/1988, a declaração dos direitos e garantias fundamentais tem início com a proclamação de que todos são iguais perante a lei, garantindo-se a todos os residentes no país a inviolabilidade do direito à segurança e à propriedade” (THEODORO JÚNIOR, Humberto. *A onda reformista do direito positivo e suas implicações com o princípio da segurança jurídica*. In: **Revista de Processo**, vol. 136. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 32-57, n. 2).

¹⁵⁶ LUCCA, Rodrigo Ramina de. **O dever de motivação das decisões judiciais**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 68.

¹⁵⁷ Idem.

Humberto Ávila, em importante estudo sobre o tema, conceitua segurança jurídica como norma-princípio que exige a adoção de comportamentos, por parte dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, que promovam “um estado de confiabilidade e de calculabilidade jurídica”.¹⁵⁸ Trata-se, assim, de instrumento garantidor de respeito à capacidade do cidadão de, sem surpresa e arbitrariedade, conceber seu presente e fazer planejamento estratégico e juridicamente informado de seu futuro.¹⁵⁹ Por isso, consoante Almiro do Couto e Silva, a segurança jurídica identifica-se com a própria justiça.¹⁶⁰

Para Carlos Alberto Alvaro de Oliveira, a norma de princípio da segurança jurídica liga-se a duas exigências: qualidade da lei e previsibilidade do direito.¹⁶¹ No âmbito processual, a segurança jurídica assenta-se, numa visão dinâmica, nos princípios e direitos fundamentais, consubstanciando-se no direito fundamental ao processo justo.¹⁶²

Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero, por sua vez, asseveram que o direito à segurança jurídica, no processo, engloba o “direito à certeza, à estabilidade, à confiabilidade e à efetividade das situações jurídicas processuais”.¹⁶³

Nessa toada, a segurança jurídica remete-se tanto à segurança no processo quanto à segurança pelo processo, de modo que a segurança jurídica processual exige a observância da preclusão, da coisa julgada, da forma processual em geral e do precedente judicial.¹⁶⁴

Ou seja, em linhas gerais, para os autores supramencionados, a segurança jurídica no processo incide em três âmbitos: na imposição das formas tradicionais de estabilidade (preclusão e coisa julgada), na previsibilidade no tocante às formas processuais (a observância das “regras do jogo”) e na coerência das decisões judiciais (i.e., no sistema de precedentes). Os dois últimos âmbitos – observância da forma processual em geral e do precedente judicial – não deixam de coincidir, respectivamente, com o que Carlos Alberto Álvaro de Oliveira denomina de qualidade da lei e previsibilidade do direito.

¹⁵⁸ ÁVILA, Humberto. **Teoria da segurança jurídica**. Op. cit., p. 282.

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ COUTO E SILVA, Almiro. Princípios da legalidade da Administração Pública e da segurança jurídica no Estado de Direito Contemporâneo. In: **Revista da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul**. Op. cit., p. 14.

¹⁶¹ OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. **Teoria e prática da tutela jurisdicional**. Op. cit., p. 129.

¹⁶² Ibidem, p. 131. Nas palavras de Carlos Alberto Alvaro de Oliveira, “Realmente, a visão estática assentava a segurança jurídica na garantia do “devido processo legal” (art. 5º, inciso LIV, da Constituição da República). Todavia, numa visão dinâmica, ligada aos princípios e aos direitos fundamentais, parece mais correto falar em direito fundamental a um processo justo” (OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. **Teoria e prática da tutela jurisdicional**. Op. cit., p. 130-131).

¹⁶³ MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. Segurança jurídica. In: **Curso de direito constitucional**. SARLET, Ingo; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p. 792.

¹⁶⁴ Idem.

Diante disso, depreende-se que o núcleo duro da segurança jurídica no âmbito processual, enquanto norma-princípio (consoante aos ensinamentos de Humberto Ávila), exige a estabilidade de pronunciamentos judiciais e posições processuais, previsibilidade normativa e das formas processuais, bem como isonomia e coerência das decisões judiciais, i.e., da interpretação e aplicação do Direito. Tais elementos permitem ao jurisdicionado realizar escolhas de forma consciente, com previsibilidade acerca de suas consequências¹⁶⁵ (em “estado de confiabilidade e de calculabilidade jurídica”¹⁶⁶).

O regime restritivo da coisa julgada do CPC/73 infringia os primeiros e segundos elementos garantidores da segurança jurídica: a estabilidade dos pronunciamentos judiciais e a coerência das decisões.

Por isso, a segurança jurídica é o primeiro dos motivos que influíram favoravelmente à ampliação dos limites objetivos da coisa julgada.

Explica-se: durante a vigência do CPC/73, era possível que uma questão prejudicial já decidida fosse novamente apreciada pelo Estado-juiz em processo posterior e julgada de maneira diversa, visto que a mesma *causa petendi* pode gerar outras demandas. Deste modo, o regime do CPC/73 transmitia certo descrédito ao jurisdicionado, pois permitia que a mesma questão prejudicial fosse objeto de cognição mais de uma vez, gerando inclusive decisões contraditórias do ponto de vista lógico.¹⁶⁷ Como visto alhures, a questão prejudicial incidental apenas formava coisa julgada caso houvesse pedido expresso nesse sentido, i.e., caso a parte ajuizasse ação declaratória incidental. Não havia ofensa à autoridade da coisa julgada caso a mesma questão prejudicial fosse julgada de modo diferente em demanda posterior.

Ilustra-se a situação a partir do exemplo comumente citado pela doutrina¹⁶⁸ (e, quiçá, o mais didático): em uma ação de alimentos, na qual não havia pedido expresso para que fosse declarada a paternidade (ou seja, em que não fora ajuizada ação declaratória incidental e em

¹⁶⁵ Do mesmo modo é o entendimento de Luiz Guilherme Marinoni: “Mas a segurança jurídica também importa para que o cidadão possa definir o seu comportamento e ações. Trata-se, assim, não só de garantia em relação ao comportamento daqueles que podem contestar o direito e têm o dever de aplicá-lo, mas também algo imprescindível para que o sujeito possa definir o modo de ser da sua vida e das suas atividades” (MARINONI, Luiz Guilherme. **Coisa julgada sobre questão**. Op. cit., p. 215).

¹⁶⁶ ÁVILA, Humberto. **Teoria da segurança jurídica**. Op. cit., p. 282.

¹⁶⁷ ALVIM, Teresa Arruda. O que é abrangido pela coisa julgada no Direito Processual Civil brasileiro: a norma vigente e as perspectivas de mudança. In: **Revista de Processo**. Op. cit., n. 2.

¹⁶⁸ Utilizam-se desse exemplo WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso avançado de processo civil**, vol. 2. Op. cit., p. 799; MARINONI, Luiz Guilherme. **Coisa julgada sobre questão**. Op. cit., p. 214; MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil**, vol. 2. Op. cit., p. 683; DIDIER JÚNIOR, Fredie, BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria. **Curso de direito processual civil**, vol. 2. Op. cit., 2015, p. 547.

que tal pedido não fora deduzido), era possível que fosse declarada a paternidade para fins de condenação em alimentos.

Tal antecedente lógico, conforme dispunha o CPC/73, não era albergado pela coisa julgada. Posteriormente, em eventual petição de herança, era plenamente possível que a questão da paternidade fosse julgada de modo diverso, de sorte que a filiação não fosse reconhecida.

O exemplo não permanece restrito ao campo hipotético. Com efeito, assemelha-se, em grande medida, à situação fática do AgRg nº Ag 53.230/RJ. No caso, a autora ajuizou ação de investigação de paternidade pretendendo ver declarado seu estado de filha. Ocorre que, anteriormente, a autora havia sucumbido em ação de alimentos ajuizada em face do suposto pai por já ter reconhecido o vínculo de filiação com outro homem. Diante disso, o juízo monocrático extinguiu a ação de investigação de paternidade pela existência de coisa julgada. A sentença foi reformada no julgamento da apelação e acertadamente mantida pelo STJ, cujo entendimento foi de que o reconhecimento da paternidade configurava questão prejudicial na primeira ação, de modo que sobre ela não se formou coisa julgada material.¹⁶⁹

Nesse contexto, evidente que a lei processual permitia a “flagrante colisão entre premissas de diferentes decisões, proferidas pelo mesmo juízo sobre o mesmo arcabouço fático”.¹⁷⁰ Por esse motivo, entendia-se que a teoria restritiva adotada pelo CPC/73 constituía “violação do dever estatal de tutela normativa da segurança jurídica”.¹⁷¹

Para Cândido Rangel Dinamarco, tais incongruências eram tão somente conflitos teóricos, vez que não havia impedimento prático ao cumprimento de sentenças contraditórias no que toca à resolução da questão prejudicial.¹⁷²

Em termos práticos as ponderações do professor paulista justificam-se, pois não havia óbice ao cumprimento de decisões cuja motivação fosse incongruente com decisão proferida anteriormente, mas cujo objeto litigioso fosse diverso. Ou seja, preponderava a noção de que a

¹⁶⁹ BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. AgRg no Ag 53.230/RJ, Rel. Ministro Eduardo Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 26/09/1994, DJ 24/10/1994, p. 28758. A decisão foi assim ementada: “COISA JULGADA. NÃO ABRANGE A FUNDAMENTAÇÃO ASSIM COMO NÃO COMPREENDE, EM SEUS LIMITES OBJETIVOS, A DECISÃO SOBRE A QUESTÃO PREJUDICIAL, SALVO SE PEDIDA DECLARAÇÃO INCIDENTAL. A RELAÇÃO DE PATERNIDADE E PREJUDICIAL EM RELAÇÃO AO PEDIDO DE ALIMENTOS”.

¹⁷⁰ SILVA, Ricardo Alexandre da. **Limites objetivos da coisa julgada e questões prejudiciais**. Op. cit., p. 189.

¹⁷¹ MARINONI, Luiz Guilherme. **Coisa julgada sobre questão**. Op. cit., p. 214.

¹⁷² DINAMARCO, Cândido Rangel. **Instituições de Direito Processual Civil**, vol. III. Op. cit., p. 313. Influenciado por Chiovenda, que afastava as teorias que ligavam a coisa julgada à busca pela verdade, o professor paulista ressalta: “Evitar *conflitos práticos* é o resultado que se coaduna com o escopo pacificador da própria jurisdição, a qual não se exerce para fixar teses jurídicas nem para a descoberta da verdade dos fatos como um objetivo em si próprio” (_____. **Instituições de Direito Processual Civil**, vol. III. Op. cit., p. 314).

coisa julgada deveria evitar conflitos práticos entre os julgados e que os conflitos lógicos ou teóricos, em que pese indesejáveis, não diziam respeito à *res iudicata*.¹⁷³

No entanto, tais incongruências sistêmicas promoviam descrédito e maculavam a coerência do direito. Nesse sentido, Luiz Guilherme Marinoni acertadamente pontua que tais contradições são incompatíveis com um sistema processual que promova a tutela dos direitos e a eliminação dos conflitos.¹⁷⁴ Gerava-se, assim, insegurança na própria sociedade.¹⁷⁵

3.1.2. Eficiência

O princípio da eficiência é um dos corolários da cláusula geral do devido processo legal.¹⁷⁶ Afinal, não basta garantir o acesso ao Poder Judiciário – é necessário assegurar que a prestação de tutela jurisdicional, tanto quanto possível, será eficiente, efetiva e justa, “mediante um processo sem dilações ou formalismos excessivos”.¹⁷⁷

Parcela da doutrina entende que a exigência de efetividade processual decorre também do art. 37 da Constituição Federal, que positiva a necessidade de o Estado – logo, do Poder Judiciário – atuar de modo eficiente.¹⁷⁸ Nessa toada, o Supremo Tribunal Federal já reconheceu

¹⁷³ SIQUEIRA, Thiago Ferreira. **Objeto do processo, questões prejudiciais e coisa julgada...** Op. cit., p. 471.

¹⁷⁴ MARINONI, Luiz Guilherme. **Coisa julgada sobre questão**. Op. cit., p. 217. “A coisa julgada sobre questão tem grande importância para evitar decisões díspares a respeito de situações que exigem o mesmo tratamento”. (MARINONI, Luiz Guilherme. **Coisa julgada sobre questão**. Op. cit., p. 218).

¹⁷⁵ ALVIM, Teresa Arruda. O que é abrangido pela coisa julgada no Direito Processual Civil brasileiro: a norma vigente e as perspectivas de mudança. In: **Revista de Processo**, Op. cit., n. 4. “Como dissemos antes, choca o bom senso permitir que dois juízes decidam a mesma questão de maneira diversa. Mesmo que essa questão não seja a questão principal (*mérito, fond du litige, Streitgegenstand*), o choque é quase o mesmo. Este regime compromete a credibilidade do Judiciário e gera insegurança na sociedade” (_____. O que é abrangido pela coisa julgada no Direito Processual Civil brasileiro: a norma vigente e as perspectivas de mudança. In: **Revista de Processo**. Op. cit., n. 4).

¹⁷⁶ DIDIER JÚNIOR, Fredie, BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria. **Curso de direito processual civil**, vol. 2. Op. cit., p. 98. Também entendendo que o princípio da eficiência é extraído do devido processo legal: CUNHA, Leonardo Carneiro da. A previsão do princípio da eficiência no projeto do novo código de processo civil brasileiro. In: **Revista de Processo**, vol. 233. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 65 – 84, n.8.

¹⁷⁷ OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. **Teoria e prática da tutela jurisdicional**. Op. cit., p. 126.

¹⁷⁸ Nesse sentido: MEDEIROS NETO, Elias Marques de. O art. 4º do Novo Código de Processo Civil e o princípio da efetividade do processo. In: RODRIGUES, Geisa de Assis; ANJOS FILHO, Robério Nunes dos (coord. por). **Reflexões sobre o novo Código de Processo Civil**, vol. 1. Brasília: ESMPU, 2016, p. 229-259, p. 236-239; DIDIER JÚNIOR, Fredie. **Curso de Direito Processual Civil**, vol. 1. Op. cit., p. 98; CUNHA, Leonardo Carneiro da. A previsão do princípio da eficiência no projeto do novo código de processo civil brasileiro. In: **Revista de Processo**. Op. cit., n. 1.

que a organização da Justiça deve se submeter aos princípios constantes no art. 37 da Constituição Federal ¹⁷⁹, dentre eles o princípio da eficiência.

Em termos gerais, a eficiência mensura a relação entre os meios empregados e os resultados alcançados. Há eficiência quando os meios empregados são ótimos, gerando, com pouco dispêndio ou esforço, o melhor resultado possível.¹⁸⁰

No âmbito do processo, a eficiência processual (também denominada de efetividade ou agilidade procedimental) impõe que os mecanismos processuais propiciem “decisões justas, tempestivas e úteis aos jurisdicionados”¹⁸¹, de modo a assegurar concretamente os bens jurídicos devidos àquele que tem razão.¹⁸² Consoante João Batista Lopes, a concepção remete-se à célebre lição de Chiovenda de que “o processo deve dar a quem tem direito tudo aquilo e precisamente aquilo a que ele faz jus”.¹⁸³ No entanto, o conceito de efetividade não se identifica simplesmente com o resultado do processo; é necessário que o resultado seja alcançado em consonância com as garantias do processo, em obediência ao devido processo legal.¹⁸⁴

A esta noção soma-se o dever imputado ao legislador de “estruturar o processo de modo a permitir o alcance da tutela efetiva e tempestiva com o menor desgaste possível do Estado”.¹⁸⁵

Nesse íterim, o princípio da eficiência torna-se essência da jurisdição, vez que um processo tardio, ineficaz e sem real impacto no mundo fático fracassará na tutela do direito material.¹⁸⁶ Trazendo à baila os ensinamentos de Rui Barbosa, a justiça atrasada não é nada mais que injustiça qualificada e manifesta.¹⁸⁷

O CPC/73 não dispunha de dispositivo específico consagrando o princípio da eficiência. O legislador do CPC/2015, ao revés, dedicou-lhe especial atenção, incluindo

¹⁷⁹ Trata-se da ADI 12/DF, na qual se debatia a vedação ao nepotismo nos órgãos do Poder Judiciário (BRASIL. Supremo Tribunal Federal. ADC 12/DF, Relator: Min. Carlos Britto, Tribunal Pleno, julgado em 20/08/2008, DJe-237, publicado em 18/12/2009, v. 99, n. 893, 2010, p. 133-149).

¹⁸⁰ CUNHA, Leonardo Carneiro da. A previsão do princípio da eficiência no projeto do novo código de processo civil brasileiro. In: **Revista de Processo**. Op. cit., n. 2.

¹⁸¹ WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil**, vol. 1. Op. cit., p. 75.

¹⁸² Idem.

¹⁸³ LOPES, João Batista. Princípio da proporcionalidade e efetividade do processo civil. In: MARINONI, Luiz Guilherme (coord. por). **Estudos de direito processual civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005, p. 135.

¹⁸⁴ Ibidem, p. 135-136.

¹⁸⁵ MARINONI, Luiz Guilherme. **Coisa julgada sobre questão**. Op. cit., p. 223.

¹⁸⁶ MEDEIROS NETO, Elias Marques de. O art. 4º do Novo Código de Processo Civil e o princípio da efetividade do processo. In: RODRIGUES, Geisa de Assis; ANJOS FILHO, Robério Nunes dos (coord. por). **Reflexões sobre o novo Código de Processo Civil**. Op. cit., p. 235-236.

¹⁸⁷ BARBOSA, Rui. **Oração aos moços**. Op. cit., p. 38.

previsão expressa do referido princípio em seu art. 8º e o homenageando, de forma mais velada, ao final da redação do art. 4º.¹⁸⁸ Ademais, na exposição de motivos do novo código, fez constar:

Sendo ineficiente o sistema processual, todo o ordenamento jurídico passa a carecer de real efetividade. De fato, as normas de direito material se transformam em pura ilusão, sem a garantia de sua correlata realização, no mundo empírico, por meio do processo.¹⁸⁹

Destarte, a coisa julgada sobre questões prejudiciais foi adotada justamente em prol da eficiência. Nestes termos, lê-se na exposição de motivos “4) O novo sistema permite que cada processo tenha maior rendimento possível. Assim, e por isso, estendeu-se a autoridade da coisa julgada às questões prejudiciais”.¹⁹⁰

Logo, o intuito do legislador ao ampliar os limites objetivos da coisa julgada foi privilegiar a eficiência, o “rendimento” do processo.

Isso porque entendia-se que a previsão do art. 469, inc. III, do CPC/73 ao afastar a incidência da coisa julgada sobre questão prejudicial, infringia o princípio da eficiência, na medida em que permitia que a mesma questão fosse submetida ao crivo do Poder Judiciário em mais de uma oportunidade.¹⁹¹

É exatamente nesse sentido o entendimento da Suprema Corte da Califórnia ao relacionar as razões pelas quais vige o sistema da *claim preclusion*: permitir que as partes consumam tempo dos tribunais litigando novamente questões que já foram objeto de cognição jurisdicional ou que já deveriam ter se tornado imutáveis em um julgamento anterior é contrário às políticas públicas.¹⁹²

¹⁸⁸ CPC/2015, artigo 4º: “As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa”.

CPC/2015, artigo 8º: “Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência”.

¹⁸⁹ BRASIL. Código de processo civil e normas correlatas. 7. ed. Brasília: Senado Federal, 2015, p. 24.

¹⁹⁰ Ibidem, p. 34.

¹⁹¹ Nesse sentido MARINONI, Luiz Guilherme. **Coisa julgada sobre questão**. Op. cit., p. 223-224; ALVIM, Teresa Arruda. O que é abrangido pela coisa julgada no Direito Processual Civil brasileiro: a norma vigente e as perspectivas de mudança. In: **Revista de Processo**, n. 5.1.1; GONÇALVES FILHO, João Gilberto. **O princípio constitucional da eficiência no processo civil**. São Paulo: Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2010, p. 393.

¹⁹² HEISER, Walter W. California’s confusing collateral estoppel (issue preclusion) doctrine. In: **San Diego Law Review**, vol. 35, 1998, p. 511.

Afinal, se o nível de cognição das questões prejudiciais revelava-se profundo o bastante para gerar uma decisão de mérito, razão não havia para que a autoridade da coisa julgada permanecesse restrita ao *decisum*.¹⁹³

Deste modo, ao ampliar os limites objetivos da coisa julgada, evita-se a rediscussão da mesma questão em futuros processos, de modo a promover a economia e a eficiência processual, mormente porque, ainda sob a égide da antiga codificação, “as questões prejudiciais eram resolvidas como se principais fossem”.¹⁹⁴ Ou seja, se as questões prejudiciais eram debatidas pelos litigantes e julgadas pelo Estado-juiz com a mesma dedicação dispensada às questões principais, não haveria razão para que não se tornassem também imutáveis.

3.1.3. Princípios da boa-fé e da cooperação

A coisa julgada sobre questão prejudicial incidental encontra respaldo também nos princípios da boa-fé e da cooperação, pressupostos éticos do CPC/2015¹⁹⁵ que se relacionam intimamente.

Por se tratar de um conceito jurídico indeterminado, apenas é possível realizar aproximações conceituais acerca da boa-fé. Assim, por uma perspectiva necessariamente genérica, a boa-fé processual é a “conduta exigível de toda pessoa, no âmbito do processo, por ser socialmente admitida como correta”.¹⁹⁶

¹⁹³ ALVIM, Teresa Arruda. O que é abrangido pela coisa julgada no Direito Processual Civil brasileiro: a norma vigente e as perspectivas de mudança. In: **Revista de Processo**. Op. cit., n. 2.

¹⁹⁴ LUCON, Paulo Henrique dos Santos; VASCONCELOS, Ronaldo; ORTHMANN, André Gustavo. Eficácia executiva das decisões judiciais e extensão da coisa julgada às questões prejudiciais; ou o predomínio da realidade sobre a teoria em prol da efetividade da jurisdição. In: **Revista de Processo**, vol. 254. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 133 – 147, n.8. “Reconhece-se, assim, a conveniência para a efetividade do processo de uma maior extensão da coisa julgada e ao mesmo tempo se estabelecem requisitos que asseguram que essa extensão ocorra sem qualquer violação de direitos. O legislador do novo Código, portanto, ao ampliar os limites objetivos da coisa julgada, mostrou-se atento a um fenômeno que já ocorria - as questões prejudiciais eram resolvidas como se questões principais fossem - e aos benefícios que essa maior extensão da coisa julgada acarreta para a efetividade do processo” (_____. Eficácia executiva das decisões judiciais e extensão da coisa julgada às questões prejudiciais; ou o predomínio da realidade sobre a teoria em prol da efetividade da jurisdição. In: **Revista de Processo**, vol. 254. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 133 - 147, n.8).

¹⁹⁵ Artigo 5º, CPC/2015: “Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé”; artigo 6º, CPC/2015: “Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva”.

¹⁹⁶ JUNOY, Joan Picó Y. **El principio de la buena fe procesal**. 2. ed. Barcelona: Bosch Editor, 2013, p. 71-72. Tradução livre de: “[...] *la buena fe procesal la he definido como aquella conducta exigible a toda persona, en el marco de un proceso, por ser socialmente admitida como correcta*” (_____. **El principio de la buena fe procesal**. 2. ed. Barcelona: Bosch Editor, 2013, p. 72).

Mais concretamente, a boa-fé refere-se à necessidade de proteção da confiança legítima e ao exercício probo das posições jurídicas pelos sujeitos processuais, evitando-se abusos.¹⁹⁷ Dela decorre a vedação ao *venire contra factum proprium*, a máxima da proibição de comportamentos processuais contraditórios, que afrontem expectativas processuais.¹⁹⁸ Sua razão de ser reside na tutela da confiança e “das legítimas expectativas decorrentes da conduta inicial vinculante”.¹⁹⁹

A cooperação, por sua vez, manifesta-se sob dois aspectos: como princípio e como modelo processual. Como princípio, desdobra-se em quatro deveres que regem a atuação dos sujeitos processuais: são os deveres de esclarecimento, diálogo, prevenção e auxílio.²⁰⁰ Como modelo, a colaboração pressupõe a conformação do processo como verdadeira “comunidade de trabalho”²⁰¹, em que o magistrado ocupa posição paritária no diálogo e assimétrica na decisão.²⁰²

Nesse diapasão, consoante Luiz Guilherme Marinoni, submeter à apreciação jurisdicional questão anteriormente decidida macula a vedação do comportamento contraditório, bem como a postura cooperativa que das partes se espera, pois representa a tentativa de “desconstruir o que se colaborou para criar no processo anterior”.²⁰³

Dito de outro modo, a coisa julgada sobre questão prejudicial vem a concretizar a boa-fé objetiva na sua dimensão do *venire contra factum proprium*, princípio fundante do *collateral estoppel*.²⁰⁴ Concomitantemente, tutela o princípio cooperativo ao preservar o que fora produzido na “comunidade de trabalho”.²⁰⁵

¹⁹⁷ MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. Op. cit., p. 161.

¹⁹⁸ TUNALA, Larissa Gaspar. **Comportamento processual contraditório**: A proibição de *venire contra factum proprium* no direito processual civil brasileiro. Salvador: Editora Juspodivm, 2015, p. 325.

¹⁹⁹ Ibidem, p. 317.

²⁰⁰ WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil**, vol. 1. 16. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 83.

²⁰¹ MITIDIERO, Daniel. **Colaboração no Processo Civil**: Pressupostos Sociais, Lógicos e Éticos. 3. ed. Editora Revista dos Tribunais, 2015, p. 65

²⁰² Ibidem, p. 64-65.

²⁰³ MARINONI, Luiz Guilherme. **Coisa julgada sobre questão**. Op. cit., 2018, p. 211.

²⁰⁴ Ibidem, p. 210.

²⁰⁵ A expressão é empregada por Daniel Mitidiero, que preleciona: “A colaboração é um modelo que visa dividir de maneira equilibrada as posições jurídicas do juiz e das partes no processo civil, estruturando-o como uma verdadeira *comunidade de trabalho* (*Arbeitsgemeinschaft*), em que se privilegia o *trabalho processual em conjunto* do juiz e das partes (*prozessualen Zusammenarbeit*). Em outras palavras: visa a dar feição ao aspecto subjetivo do processo, dividindo de forma *equilibrada* o trabalho entre todos os seus participantes – com um aumento *concorrente* dos poderes do juiz e das partes no processo civil”. (_____. **Colaboração no Processo Civil...** Op. cit., p. 52).

Ademais, em se tratando do princípio cooperativo, necessário ponderar que a coisa julgada sobre questão pressupõe a concretização da cooperação em seus dois âmbitos. A coisa julgada sobre questão homenageia o princípio cooperativo ao estabilizar questões decididas em processo anterior. Simultaneamente, impõe a observância do modelo cooperativo, gravando a postura simétrica do magistrado em seu diálogo com as partes²⁰⁶; tal diálogo, assim como o contraditório, são imprescindíveis a que as partes não sejam surpreendidas com a formação de coisa julgada sobre questão que acreditavam não ser elemento relevante para o julgamento da causa.

Portanto, em homenagem a tais valores – segurança jurídica, eficiência e cooperação –, a política legislativa pendeu para a ampliação dos limites objetivos da coisa julgada.

3.2. COLISÃO ENTRE VALORES NA PERSPECTIVA PROCESSUAL: EM BUSCA DE UM PONTO DE EQUILÍBRIO

Todo sistema jurisdicional é orientado pelo delicado equilíbrio entre disponibilidade processual e imperativos de ordem pública. Contrapõe-se, assim, a liberdade das partes a outros valores inexoráveis ao funcionamento da jurisdição, precipuamente a segurança jurídica. É essa a valiosa lição de Cândido Rangel Dinamarco ao prelecionar: “Poder (autoridade) e liberdade são dois polos de um equilíbrio que mediante o exercício da jurisdição o Estado procura manter”.²⁰⁷

Essa tensão é especialmente sensível em se tratando de coisa julgada. Isso porque o instituto concilia a segurança jurídica e sistêmica advinda da imutabilidade da prestação jurisdicional com a tutela dos direitos dos particulares que deduziram suas pretensões em juízo.

Nesse sentido, o legislador do CPC/2015, ao ampliar os limites objetivos da coisa julgada, estendendo-o às questões prejudiciais, pretendeu atribuir maior efetividade ao processo, extraíndo dele maior “rendimento” (como a própria exposição de motivos dispõe).

Subjacente a esta escolha legislativa, no entanto, realizou o legislador também a ponderação entre os princípios da efetividade e da segurança jurídica, de um lado; e, de outro, a liberdade das partes do processo, plasmada na disponibilidade processual.

²⁰⁶ Tais apontamentos foram feitos por Daniel Mitidiero na qualidade de membro da banca examinadora da tese de André Luiz Bäuml Tesser. A defesa ocorreu em 13/08/2018 na Universidade Federal do Paraná (UFPR).

²⁰⁷ DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Instrumentalidade do Processo**. Op. cit., p. 205.

Na vigência do CPC/73, as partes detinham o monopólio na determinação dos limites objetivos da coisa julgada, pois a *res iudicata* restringia-se aos pedidos deduzidos expressamente por elas. Conforme exposto, havia projeção do objeto do processo no dispositivo da sentença; as partes delimitavam o objeto do processo ao formularem seus pedidos e, em observância ao princípio da correlação, o dispositivo refletia a vontade dos litigantes.²⁰⁸

Em última instância, durante a vigência do CPC/73, perdurou a concepção de que as partes determinavam a incidência da coisa julgada, que permanecia adstrita ao âmbito dos pedidos. Assim sendo, havia necessidade de que expressassem inequívoca vontade de deduzir determinada pretensão à apreciação jurisdicional para que a questão transitasse em julgado²⁰⁹, salvo raras exceções.

O regime adotado pelo CPC/73, que correlacionava estritamente os limites objetivos da coisa julgada às pretensões deduzidas, não era imune a críticas. Como visto alhures, parcela da doutrina considerava-o excessivamente privatista e estático, visto que o objeto do processo e, conseqüentemente, os limites objetivos da coisa julgada, permaneciam à mercê da vontade das partes.

A ampliação dos limites objetivos da coisa julgada, como já se defendeu, engendrou manifesta redução no âmbito de liberalidade das partes no que toca à determinação dos limites da *res iudicata*. Se antes detinham o monopólio na determinação de quais questões tornar-se-iam imutáveis, a nova codificação lhes impôs balizas legais: ainda que não tenham formulado pedido expresso e assim não o queiram, a resolução das questões prejudiciais, caso preenchidos os requisitos do art. 503, §§1º e 2º, do CPC/2015, formará coisa julgada material.

Diante da previsão do novo código, houve limitação à liberdade das partes na determinação do que será imutabilizado pela *res iudicata* em prol dos princípios da segurança jurídica, efetividade e boa-fé.

Mas tal escolha legislativa – assim como a do CPC/73 – não permanece incólume a críticas. Se o escopo do legislador processual foi ampliar a segurança jurídica e a eficiência, não se pode dizer que seu objetivo foi atingido em sua integralidade, haja vista consequências práticas que a opção legislativa não pôde antever.

Em relação ao CPC/73, a nova codificação reduziu o controle das partes sobre quais questões serão imutabilizadas pela coisa julgada. Ao determinar a formação de coisa julgada

²⁰⁸ CABRAL, Antonio do Passo. **Coisa julgada e preclusões dinâmicas**. Op. cit., p. 151.

²⁰⁹ Exceções existiam no que concerne aos pedidos considerados implícitos, como condenação em custas, honorários de sucumbência etc.

além dos pedidos, de forma a abarcar também a questão prejudicial incidental, o CPC/2015 expande os limites objetivos da coisa julgada independentemente de pedido da parte, i.e., de modo automático; tem-se então a ampliação dos limites objetivos da coisa julgada por determinação legal²¹⁰ – não por pedido expresso da parte.

E, ao retirar do talante das partes o monopólio na determinação dos limites objetivos da coisa julgada, o legislador buscou outros meios pelos quais poderia atribuir previsibilidade e segurança em relação ao alcance objetivo da *res iudicata*.

Deste modo, instituiu requisitos mais rígidos para que o manto da coisa julgada recaia sobre questões que não compõem o objeto do processo, plasmados nos §§1º e 2º do art. 503, do CPC/2015. Isto é, as condições insculpidas na lei processual para que haja formação da coisa julgada sobre a resolução da questão prejudicial servem de contraponto à ausência de pretensão formulada pelas partes.

Nesse sentido, andou bem o legislador. Acompanhando a significativa tendência, no direito comparado, em se admitir a formação de coisa julgada sobre os antecedentes lógicos, mostra-se louvável os esforços em ampliar a eficiência e a segurança jurídica.

A textura aberta do direito, no entanto, é implacável. Nada obstante a previsão expressa dos requisitos para formação da coisa julgada sobre a resolução da questão prejudicial, as condições dispostas nos §§1º e 2º, art. 503, do CPC/2015 admitem mais de uma interpretação.²¹¹

Como visto, há entendimentos doutrinários diversos acerca da dependência da resolução do mérito em relação à questão prejudicial (se apenas lógica ou efetiva), do significado de contraditório prévio e efetivo, bem como das limitações probatórias e cognitivas. Nesse diapasão, não é difícil conceber que, dentro de alguns anos, os tribunais estarão discutindo se determinada questão prejudicial anteriormente decidida terá efetivamente formado coisa julgada. Ou seja, diante das interpretações passíveis de serem extraídas (normas) dos requisitos previstos para formação de coisa julgada sobre questão prejudicial, haverá incerteza acerca de quais questões anteriormente decididas foram imutabilizadas.

O paradoxo é eminente: na busca por maior segurança jurídica, a ampliação dos limites objetivos da coisa julgada acabou por promover insegurança acerca de quais questões serão, efetivamente, imutabilizadas.

²¹⁰ DIDIER JÚNIOR., Fredie. Extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental no novo Código de Processo Civil brasileiro. **Civil Procedure Review**. Op. cit., p. 86.

²¹¹ V. item n. 1.3, *supra*.

Traçando-se um breve paralelo com o direito comparado, o instituto do *issue preclusion* do ordenamento norte-americano – ainda que bastante diverso do sistema adotado pelo CPC/2015 – afeiçoa-se igualmente aos ideais de economia processual e segurança jurídica. E também não é isento de críticas.

A regra da *issue preclusion*, essencialmente, é a de que “não se pode rediscutir em outro processo a mesma questão que tenha sido efetivamente controvertida e expressamente decidida em processo anterior”.²¹² A questão, ademais, deve ser essencial ao julgamento que encerra o processo e previsível pelas partes à época da primeira demanda. Ainda que o instituto seja extremamente interessante do ponto de vista teórico e consolidado jurisprudencialmente, definir se uma questão controvertida em um processo é idêntica a outra decidida em demanda anterior é um dos problemas mais difíceis no funcionamento da *issue preclusion*.²¹³

Nada obstante a diferença entre os sistemas estadunidense e brasileiro, o CPC/2015 também engendrará incertezas acerca de quais questões poderão se tornar vinculantes quando do ajuizamento da demanda e quais já se tornaram vinculantes por terem sido previamente julgadas.

Nesse cenário, assume extrema relevância o adequado saneamento do feito, com efetivo contraditório e ampla participação das partes. Deste modo, as partes terão maior previsibilidade acerca de quais questões prejudiciais potencialmente formarão coisa julgada e quais já a formaram por julgamento anterior. Entretanto, é plenamente possível (e provável) que novas questões, com aptidão a se tornarem imutáveis, desponham após o saneamento do feito. Por esse motivo, a própria decisão de saneamento e organização do processo não admite “estabilização inexorável”²¹⁴, de modo que, por si só, não põe fim à problemática respeitante à imprevisibilidade das questões que se tornarão imutáveis.

Além disso, a resolução de questões prejudiciais que preencham os requisitos dos §§ 1º e 2º, art. 503, do CPC/2015 deveria ser positivada no comando formal da sentença, não deixando margem para que as partes se indaguem se o intuito do Estado-juiz foi de realmente atribuir estabilidade a tais decisões. Mas, ainda que o feito seja adequadamente saneado e a

²¹² GIDI, Antonio; TESHEINER, José Maria Rosa; PRATES, Marília Zanella. Limites objetivos da coisa julgada no projeto de código de processo civil reflexões inspiradas na experiência norte-americana. In: **Doutrinas Essenciais de Processo Civil**, vol. 9. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 1301 – 1340, n. 4.

²¹³ Idem.

²¹⁴ SICA, Heitor Vitor Mendonça. Evolução legislativa da fase de saneamento e organização do processo. In: **Doutrinas Essenciais - Novo Processo Civil**, vol. 4. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018, n.7.

resolução das questões prejudiciais conste no dispositivo da sentença, permanece a incerteza acerca do efetivo cumprimento dos requisitos dos §§ 1º e 2º, art. 503, do CPC/2015.

Portanto, em se tratando de segurança jurídica, a novidade legislativa certamente gerará imprevisibilidade devido à textura aberta dos requisitos necessários à formação de coisa julgada sobre questão prejudicial. Espera-se que, sobre isso, os tribunais criem jurisprudência íntegra e estável acerca da adequada interpretação de cada um dos requisitos, aproximando-se assim da segurança jurídica idealizada pelo legislador.

Seja como for, ao dissociar os limites objetivos da coisa julgada dos elementos deduzidos em caráter principal, “não há nada que se possa fazer a fim de evitar essa grande margem de imprevisibilidade em relação aos impactos que aquela situação jurídica poderá ter para as partes no futuro”.²¹⁵

Disso se depreende que quanto menos preclusivo é o processo em seu curso, mais segura e abrangente é a coisa julgada formada ao final dele; durante o trâmite processual, entretanto, a insegurança é maior que em um sistema de preclusões rígidas. Destarte, o processo mais flexível em seu curso promove imutabilidades dotadas de maior robustez.

O art. 503 do CPC/2015 não deixa margem para dúvidas acerca das balizas à incidência da coisa julgada material – forma-se ela sobre a resolução dos pedidos e de questões prejudiciais, caso preenchidos determinados requisitos. Não há a insegurança que imperava sob a vigência do CPC/39, a título comparativo. Com efeito, o questionamento que exsurge da previsão do CPC/2015 reside na incerteza acerca da efetiva incidência da coisa julgada material, i.e., no preenchimento dos requisitos.

No que toca à eficiência, a ampliação dos limites objetivos da coisa julgada é igualmente questionável. Argumenta-se que o maior dispêndio de tempo e custos no processo seria compensado pelos resultados mais amplos que dele seriam extraídos²¹⁶, coibindo que a mesma questão seja novamente apreciada pelo judiciário.

Entretanto, é necessário realizar duas ressalvas. A primeira é de que o sistema de estabilidades do CPC/2015, em se tratando de questões prejudiciais, tornou-se substancialmente mais complexo; assim, caso haja incerteza acerca de quais questões efetivamente tornaram-se imutáveis previamente, tal discussão será posta ao judiciário, prologando o litígio em torno da questão. A segunda é de que as partes podem ser compelidas a litigar acerca de uma questão

²¹⁵ SIQUEIRA, Thiago Ferreira. **Objeto do processo, questões prejudiciais e coisa julgada...** Op. cit., p. 498.

²¹⁶ SIQUEIRA, Thiago Ferreira. **Objeto do processo, questões prejudiciais e coisa julgada...** Op. cit., p. 28.

que não é a principal e que, quiçá, não almejassem que se tornasse imutável; assim, despenderiam esforços no litígio de uma questão secundária, que poderia ser objeto meramente de cognição, mas não de imutabilidade.

Ao tratar do então Projeto do Novo Código de Processo Civil, Antonio Gidi, José Maria Rosa Tesheiner e Marília Zanella Prates chegam à conclusão de que o direito brasileiro não deveria adotar a coisa julgada sobre questões prejudiciais, pois a medida não traria economia processual. Afirmam que “a complexidade e o tempo de duração aumentarão tanto no primeiro processo, em que a questão será decidida pela primeira vez, quanto no segundo processo, em que coisa julgada sobre aquela determinada questão vier a ser invocada”.²¹⁷

Em verdade, tal entendimento foi emitido com base em proposta legislativa diferente da atual redação do art. 503, §1º, do CPC/2015. O art. 490 do anteprojeto do Novo Código de Processo Civil previa apenas a extensão da coisa julgada às questões prejudiciais, sem dispor acerca dos requisitos hoje previstos para tanto. A redação era, sem dúvidas, mais lacunosa.²¹⁸ A opinião, todavia, parece permanecer, pois se pauta na premissa de que a discussão acerca da formação de coisa julgada tende a tornar o processo mais demorado, tal como no sistema da *issue preclusion* estadunidense.²¹⁹

O principal trunfo da ampliação objetiva da coisa julgada no CPC/2015, portanto, é colocado em xeque. Afinal, é discutível afirmar que há promoção de eficiência e de segurança jurídica em um sistema de estabilidade que se mostra mais incerto em seus requisitos.

Nessa esteira, Walter Heiser, tratando do *issue preclusion* estadunidense, preleciona que “objetivo de qualquer sistema de estabilidade é promover regras claras, previsíveis em sua aplicação e consequência, que elimine litigância desnecessária e que o faça de maneira justa”.²²⁰ Independentemente de os limites objetivos da coisa julgada serem mais estreitos ou abrangentes, as regras acerca da estabilidade das decisões judiciais devem ser facilmente compreensíveis e gerenciáveis.²²¹

²¹⁷ GIDI, Antonio; TESHEINER, José Maria Rosa; PRATES, Marília Zanella. Limites objetivos da coisa julgada no projeto de código de processo civil reflexões inspiradas na experiência norte-americana. In: **Doutrinas Essenciais de Processo Civil**. Op. cit., n. 9.

²¹⁸ DIDIER JÚNIOR, Fredie. Algumas novidades sobre a disciplina normativa da coisa julgada no Código de Processo Civil brasileiro de 2015. In: _____; CABRAL, Antonio do Passo (coord. por). **Coisa julgada e outras estabilidades processuais**. Op. cit., p. 97.

²¹⁹ Idem.

²²⁰ Tradução livre da passagem “*The administrative goal of any res judicata doctrine is to provide clear rules, predictable in their application and foreseeable in their consequences, which will eliminate unnecessary litigation and do so in a fair manner*”. (HEISER, Walter W. California’s confusing collateral estoppel (issue preclusion) doctrine. In: **San Diego Law Review**. Op. cit., p. 514).

²²¹ Idem.

A par disso, cabe indagar-se acerca da facilidade da compreensão e gerenciamento do regime previsto no CPC/2015. Isso porque a discussão, em sede recursal, acerca de quais questões prejudiciais foram imutabilizadas em decisão anterior, apesar do pouco tempo de vigência do CPC/2015, já chegou aos tribunais.

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento de recurso de apelação de sentença que julgou improcedente ação de usucapião especial urbana, entendeu que a existência de relação locatícia já havia sido reconhecida em ação anterior, com fulcro no §1º, art. 503, do CPC/2015, motivo pelo qual sobre ela já se havia formado coisa julgada.²²² O caso é peculiar sobretudo porque, na primeira ação, os réus arguíram a falsidade do contrato de locação e sua validade foi reconhecida incidentalmente no bojo do mesmo processo, sem ajuizamento de ação declaratória incidental – que, segundo maior parte da doutrina, ainda se faz necessária nesta única hipótese.²²³ Compreensível, assim, que às partes tenha restado dúvida acerca da formação de coisa julgada sobre a validade do contrato de locação.

Em outra ocasião, também o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferiu julgamento em cuja ementa do acórdão consta: “Com a nova sistemática processual, deixou de existir a ação declaratória incidental, exatamente porque, diferentemente das Leis anteriores, passou a ter eficácia de coisa julgada a apreciação da questão prejudicial”.²²⁴ A questão prejudicial referia-se à extinção de um contrato de alienação fiduciária, reconhecida no mesmo processo pela sentença.

Ademais, há ainda casos em que os tribunais têm se valido do art. 503, §1º, do CPC/2015 para a formação de coisa julgada sobre fato, em completo descompasso com a previsão legal.

O Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região²²⁵ embasou-se na coisa julgada sobre questão prejudicial para justificar a formação de coisa julgada sobre a inexistência de doença

²²² BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0025616-17.2013.8.26.0100. Relatora: Maria de Lourdes Lopez Gil, 7ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 2ª Vara de Registros Públicos; Data do Julgamento: 31/10/2018.

²²³ O acórdão proferido no julgamento da apelação do primeiro processo refere-se à AC 0080931-33.2013.8.26.0002 (BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação 0080931-33.2013.8.26.0002. Relator: Ruy Coppola, 32ª Câmara de Direito Privado, Data do Julgamento: 06/07/2017).

²²⁴ BRASIL. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação 0004017-31.2013.8.26.0291. Relator: Antonio Rigolin, 31ª Câmara de Direito Privado, Data do Julgamento: 28/11/2017.

²²⁵ Os Tribunais Regionais do Trabalho, muito provavelmente pela maior celeridade do rito processual trabalhista, apreciaram mais casos concernentes à formação de coisa julgada sobre questões prejudiciais incidentais que os Tribunais de Justiça. Em que pese este ser um trabalho sobre direito processual civil, os casos citados, decididos com base no art. 503, do CPC/2015, bem ilustram as dúvidas advindas do regime de estabilidades adotado no novo código.

ocupacional.²²⁶ Já o Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região entendeu que houve formação de coisa julgada sobre parte do fundamento da decisão, que afastou a culpa da empregadora pelo acidente de trabalho em demanda anterior.²²⁷

Diante de tais casos, resta inequívoco que a previsão concernente à coisa julgada sobre questões prejudiciais, no CPC/2015, é mais complexa se comparada ao art. 470 do CPC/73.²²⁸ Há incertezas quanto ao preenchimento dos requisitos necessários, à necessidade de ajuizamento de ação declaratória incidental em se tratando de falsidade documental e à efetiva caracterização das questões como prejudiciais incidentais de mérito.

No entanto, tal constatação não é suficiente para afirmar que o regime se tornou, efetivamente, menos seguro.

Nas palavras de Araken de Assis, “à semelhança de outras inovações, o tempo esclarecerá o sucesso do novo regime ou se ele suscitará as incertezas do velho art. 287, parágrafo único, do CPC de 1939”.²²⁹

A colocação do professor gaúcho é certa: não é possível antever se a coisa julgada sobre questão prejudicial promoverá segurança jurídica ou se a complexidade de suas previsões tornará o sistema de estabilidades mais imprevisível. No mesmo sentido, permanecem os questionamentos acerca da eficiência processual que a nova previsão engendrará.

É inconteste, todavia, que a opção legislativa, ainda que tenha mitigado a liberdade das partes no que toca à determinação dos limites objetivos da coisa julgada, objetivou também sua promoção. Isso porque a liberdade das partes só é efetivamente salvaguardada em um modelo processual que privilegie a segurança jurídica, no qual as partes possuam a prerrogativa de se autodeterminar e tenham, concomitantemente, ciência das consequências de cada ato processual.

²²⁶ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região. RO 0001439-02.2016.5.11.0019. Terceira Turma; Relator: Ormy da Conceição Dias Bentes; Data Disponibilização: 12/12/2017.

²²⁷ BRASIL. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. RO 0011343-67.2014.5.03.0042. Sexta Turma; Relator: Convocado Jesse Claudio Franco de Alencar; Disponibilização: 19/06/2017.

²²⁸ CPC/73, artigo 470: “Faz, todavia, coisa julgada a resolução da questão prejudicial, se a parte o requerer (arts. 5º e 325), o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide”.

²²⁹ ASSIS, Araken de. **Processo civil brasileiro**, vol. III: parte especial: procedimento comum: (da demanda à coisa julgada). 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 1457.

CONCLUSÃO

O instituto da coisa julgada é gravado pelo interesse público. Simultaneamente, serve à tutela dos direitos de particulares, que optaram por deduzir suas pretensões perante o Poder Judiciário e dele obter tutela. Por isso, o instituto deve conciliar a natureza pública da prestação jurisdicional com os interesses privados dos particulares, que se traduz na disponibilidade processual (tomada como sinônimo de princípio dispositivo).

O CPC/39 era obscuro quanto à incidência objetiva da autoridade da coisa julgada, enquanto o CPC/73 adotou um regime cuja delimitação restritiva não deixava margens a dúvidas. Tais alterações impactavam diretamente no regime de estabilidade previsto para as questões prejudiciais incidentais de mérito.

O CPC/73 privilegiava a liberdade das partes, haja vista a consonância quase estrita entre pedido-dispositivo. Deste modo, apenas questões que eram deduzidas como pretensões formavam coisa julgada. Significa dizer: as partes detinham o monopólio na determinação dos limites objetivos da coisa julgada.

No entanto, sob a égide do CPC/73, era possível que determinada questão prejudicial fosse apreciada em mais de uma demanda pelo Estado-juiz, podendo inclusive ser objeto de decisões contraditórias. Por isso, parcela doutrinária considerava o antigo código ineficiente e inseguro no que concerne à resolução de questões prejudiciais.

O sistema delineado pelo CPC/2015, com o objetivo de colocar fim à possibilidade de decisões logicamente contraditórias, ampliou os limites objetivos da coisa julgada. Para tanto, previu dois modos pelos quais a resolução de determinada questão pode formar coisa julgada: caso seja deduzida como pretensão, tornando-se assim objeto do processo e submetendo-se ao art. 503, *caput*, do CPC/2015 (dito “regime tradicional” da coisa julgada); e caso desponte como questão prejudicial incidental, compondo antecedente lógico à decisão das questões principais, hipótese na qual sua resolução deve preencher cumulativamente os requisitos previstos nos §§ 1º e 2º, art. 503, do CPC/2015 (dito “regime especial” da coisa julgada).

A opção legislativa de conceber dois “regimes” (ou modos de formação) distintos para a coisa julgada, ampliando seus limites objetivos a fim de que o manto da *res iudicata* albergue também questões prejudiciais incidentais (desde que preenchidos cumulativamente os requisitos dos §§ 1º e 2º, art. 503, do CPC/2015) visou à promoção de eficiência processual, segurança jurídica e boa-fé.

Nada obstante, restringiu a liberdade das partes na determinação do que será imutabilizado pela coisa julgada. Isso porque a resolução de questões que não foram deduzidas como pretensão, ou seja, que não integram o objeto do processo, tornou-se apta a formar coisa julgada material.

Nesse cenário, as diversas indagações que exsurgem ao se analisar o regime especial de coisa julgada do CPC/2015 evidenciam que o ponto de equilíbrio entre segurança jurídica e liberdade das partes, em verdade, não é facilmente mensurável. A opção legislativa – embora louvável em seus motivos – propiciou maior insegurança às partes acerca das questões que formarão coisa julgada. Isso por dois motivos: a um, porque os requisitos previstos nos §§1º e 2º, art. 503, do CPC/2015 são passíveis de interpretações variadas, gerando incerteza acerca de seu preenchimento; a dois, porque as partes não mais podem antever, ao ajuizar a demanda, quais questões efetivamente poderão formar coisa julgada material.

Sob outra perspectiva, é natural que alterações legislativas (precipuamente toda uma nova codificação) suscitem dúvidas acerca de sua interpretação e aplicação. Afinal, a coisa julgada sobre questão prejudicial não é o único tema sobre o qual a doutrina manifesta grande divergência – basta pensar nos debates acalorados acerca das hipóteses de cabimento de agravo de instrumento (art. 1.015, do CPC/2015), sobre negócios jurídicos processuais (art. 190, do CPC/2015), ou, ainda, acerca da estabilização da tutela antecipada antecedente (art. 304, do CPC/2015).

A título conclusivo, depreende-se que o instituto da coisa julgada sobre questão prejudicial não representa violação ao princípio dispositivo. Partindo da premissa de que a questão prejudicial incidental não compõe o objeto litigioso (mérito), às partes ainda pertence o monopólio na determinação do objeto do processo. Na mesma linha, o magistrado ainda decidirá o mérito nos limites das pretensões formuladas pelas partes, não havendo o que se falar em mitigação do princípio da correlação.

Nessa perspectiva, a coisa julgada sobre questão prejudicial, por não integrar o objeto do processo, não se submete ao princípio da congruência (adstrição). Uma vez que não é pretensão, não se impõe ao magistrado o dever de examiná-la em sua integralidade e nos seus limites. Em conclusão parcial, denota-se que a ausência de análise da questão prejudicial não leva à violação do princípio da congruência, mas à violação do dever de motivação das decisões judiciais.

No que toca à segurança jurídica, é inegável que a ocorrência de contradições lógicas por decisões diversas acerca de uma mesma questão prejudicial foi reduzida significativamente (permanecendo apenas se os requisitos dos §§1º e 2º do art. 503, do CPC/2015 não forem preenchidos).

A ampliação dos limites objetivos da coisa julgada impede que a mesma questão prejudicial seja posta mais de uma vez à apreciação jurisdicional, aumentando assim a estabilidade das decisões judiciais, a coerência do direito e a credibilidade do judiciário. Em planos teóricos, a opção legislativa é irreparável.

Em contrapartida, em termos práticos, o efeito parece ter sido reverso. Ao estender a coisa julgada às questões prejudiciais incidentais, incrementou-se a imprevisibilidade acerca de quais questões formarão coisa julgada à época da demanda, bem como a incerteza referente a quais questões já se tornaram imutáveis por julgamento anterior.

Assume especial importância, nesse panorama, o adequado saneamento do feito, bem como a inclusão da resolução da questão prejudicial no dispositivo da decisão, de modo a mitigar a incerteza acerca da resolução de quais questões formarão coisa julgada e quais já formaram previamente.

Objetivamente, é impossível antever se a coisa julgada sobre questão prejudicial, nos termos do §1º do art. 503, do CPC/2015, foi exitosa em promover segurança jurídica. Não se trata, afinal, de uma balança exata em que se mede segurança jurídica em um prato e, em outro, liberdade das partes, tendo como escopo melhorar a eficiência processual.

Trata-se, com efeito, da conciliação destes princípios, essenciais ao devido processo legal que tutela direitos e promove a pacificação social, na medida em que a liberdade das partes e a eficiência somente se concretizam em um modelo processual gravado pela segurança jurídica.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Arruda. **Manual de Direito Processual Civil**: teoria do processo e processo de conhecimento. 17. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

ALVIM, Teresa Arruda. **Nulidades do processo e da sentença**. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

_____. O que é abrangido pela coisa julgada no Direito Processual Civil brasileiro: a norma vigente e as perspectivas de mudança. In: **Revista de Processo**, vol. 230. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 75-89.

ASSIS, Araken de. **Processo civil brasileiro**, vol. I: parte geral: fundamentos e distribuição de conflitos. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 695.

_____. **Processo civil brasileiro**, vol. III: parte especial: procedimento comum: (da demanda à coisa julgada). 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

ATAIDE JUNIOR, Vicente de Paula. **Elementos de direito processual civil**: à luz da jurisprudência do STJ. Curitiba: Juruá, 2012.

ÁVILA, Humberto. **Teoria da segurança jurídica**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

BARBOSA, Rui. **Oração aos moços**. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1988.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. Os elementos objetivos da demanda examinados à luz do contraditório. In: TUCCI, José Rogério Cruz e Tucci; BEDAQUE, José Roberto dos Santos (coord. por). **Causa de pedir e pedido no processo civil**: (questões polêmicas). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 13-52.

BRASIL. Código de processo civil e normas correlatas. 7. ed. Brasília: Senado Federal, 2015.

_____. Superior Tribunal de Justiça. AgRg no Ag 53.230/RJ, Relator. Ministro Eduardo Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 26/09/1994, DJ 24/10/1994, p. 28758.

_____. Superior Tribunal de Justiça. AgInt nos EREsp 1318851/BA, Relator. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Seção, julgado em 10/08/2016, DJe 12/09/2016.

_____. Supremo Tribunal Federal. ADC 12/DF, Relator: Min. Carlos Britto, Tribunal Pleno, julgado em 20/08/2008, DJe 18/12/2009.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação nº 0025616-17.2013.8.26.0100, Relatora: Maria de Lourdes Lopez Gil, 7ª Câmara de Direito Privado, disponibilização 31/10/2018.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação 0080931-33.2013.8.26.0002. Relator: Ruy Coppola, 32ª Câmara de Direito Privado, Data do Julgamento: 06/07/2017, Data de Registro: 07/07/2017.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Apelação 0004017-31.2013.8.26.0291, Relator: Antonio Rigolin, Órgão Julgador: 31ª Câmara de Direito Privado, disponibilização 28/11/2017.

_____. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, RO 0011343-67.2014.5.03.0042, Sexta Turma, Relator: Convocado Jesse Claudio Franco de Alencar, disponibilização: 19/06/2017.

_____. Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região, RO 0001439-02.2016.5.11.0019, Terceira Turma, Relator: Ormy da Conceição Dias Bentes, disponibilização: 12/12/2017.

BONATO, Giovanni. Algumas considerações sobre coisa julgada no Novo Código de Processo Civil brasileiro: limites objetivos e eficácia preclusiva. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie; CABRAL, Antonio do Passo (coord. por). **Coisa julgada e outras estabilidades processuais**. Salvador: Editora Juspodivm, 2018.

CABRAL, Antonio do Passo. Alguns mitos do processo (III): Liebman e a coisa julgada. In: **Revista de Processo**, vol. 217. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 41-73.

_____. Coisa julgada. In: ALVIM, Teresa Arruda et. al. (coord. por). **Breves comentários ao Novo Código de Processo Civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

_____. **Coisa julgada e preclusões dinâmicas**: entre continuidade, mudança e transição de posições processuais estáveis. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2013.

CARNACINI, Tito. Tutela giurisdizionale e tecnica del processo. In: **Studi in Onore di Enrico Redenti nel XL anno del suo insegnamento**, v. 2. Milano: Giuffrè, 1951.

CARNELUTTI, Francesco. **Instituições do processo civil**, vol. I. Adrián Sotero de Witt Batista (trad. por). Campinas: Editora Servanda, 1999.

CHIOVENDA, Giuseppe. Sulla cosa giudicata. In: **Saggi di Diritto Processuale Civile**, vol. II, Milano: Dott. A. Giuffrè Editore, 1993.

COUTO E SILVA, Almiro. Princípios da legalidade da Administração Pública e da segurança jurídica no Estado de Direito Contemporâneo. In: **Revista da Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul**, vol. 27. Porto Alegre: Procuradoria-Geral do Estado do Rio Grande do Sul, 2004, p. 13-33.

CUNHA, Leonardo Carneiro da. A previsão do princípio da eficiência no projeto do novo código de processo civil brasileiro. In: **Revista de Processo**, vol. 233. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 65 – 84.

DELLORE, Luiz. Conceito e limites objetivos da coisa julgada no novo Código de Processo Civil. In: LUCON, Paulo Henrique dos Santos. (coord. por). **Processo em jornadas**. Salvador: Editora Juspodivm, p. 668-681.

DIDIER JÚNIOR, Fredie. Algumas novidades sobre a disciplina normativa da coisa julgada no Código de Processo Civil brasileiro de 2015. In: _____; CABRAL, Antonio do Passo (coord. por). **Coisa julgada e outras estabilidades processuais**. Salvador: Editora Juspodivm, 2018.

_____. **Curso de Direito Processual Civil**: introdução ao direito processual civil, parte geral e processo de conhecimento, vol. 1. 17. ed. Salvador: Editora Juspodivm, 2015.

_____. Extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental no novo Código de Processo Civil brasileiro. In: **Civil Procedure Review**, v.6, n.1, jan-apr., 2015, p. 81-94.

_____; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael Alexandria. **Curso de direito processual civil**: teoria da prova, direito probatório, ações probatórias, decisão, precedente, coisa julgada e antecipação dos efeitos da tutela. 11.ed. Salvador: Juspodivm, 2015.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A Instrumentalidade do Processo**. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. **Instituições de Direito Processual Civil**, vol. II. 5. ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2005.

_____. **Instituições de Direito Processual Civil**, vol. III. 3.ed. Editora Malheiros: São Paulo, 2003.

_____. O conceito de mérito. In:_____. **Fundamentos do Processo Civil Moderno**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.

FABRICIO, Adroaldo Furtado. **A ação declaratória incidental**. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

GIDI, Antonio; TESHEINER, José Maria Rosa; PRATES, Marília Zanella. Limites objetivos da coisa julgada no projeto de código de processo civil reflexões inspiradas na experiência norte-americana. In: **Doutrinas Essenciais de Processo Civil**, vol. 9. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011, p. 1301 – 1340.

GONÇALVES FILHO, João Gilberto. **O princípio constitucional da eficiência no processo civil** (Tese). São Paulo: Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2010.

HEISER, Walter W. California's confusing collateral estoppel (issue preclusion) doctrine. In: **San Diego Law Review**, vol. 35, 1998.

JUNOY, Joan Picó Y. **El principio de la buena fe procesal**. 2. ed. Barcelona: Bosch Editor, 2013

LEONEL, Ricardo de Barros. Objeto litigioso do processo e o princípio do duplo grau de jurisdição. In: TUCCI, José Rogério Cruz e Tucci; BEDAQUE, José Roberto dos Santos (coord. por). **Causa de pedir e pedido no processo civil**: (questões polêmicas). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 344 - 411.

LIEBMAN, Enrico Tullio. **Eficácia e autoridade da sentença**. BUZAID, Alfredo. BENVINDO, Aires (trad. por). 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1984.

LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. A extensão da coisa julgada às questões apreciadas na motivação da sentença. In: **Revista de Processo**, vol. 216. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 431-438.

_____. **Limites objetivos e eficácia preclusiva da coisa julgada**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LOPES, João Batista. Princípio da proporcionalidade e efetividade do processo civil. In: MARINONI, Luiz Guilherme (coord. por). **Estudos de direito processual civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

LUCCA, Rodrigo Ramina de. **Disponibilidade processual**: os interesses privados das partes diante da natureza pública do processo. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, 2018.

_____. **O dever de motivação das decisões judiciais**. 2. ed. Salvador: Juspodivm, 2016.

_____. Os limites objetivos da coisa julgada no novo Código de Processo Civil. In: **Revista de Processo**, vol. 252. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 79 - 110.

_____. O mérito do processo e as condições da ação. In: **Revista de Processo**, vol. 188. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 69 – 100.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. VASCONCELOS, Ronaldo. ORTHMANN, André Gustavo. Eficácia executiva das decisões judiciais e extensão da coisa julgada às questões prejudiciais; ou o predomínio da realidade sobre a teoria em prol da efetividade da jurisdição. In: **Revista de Processo**, vol. 254. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 133 - 147.

LUNARDI, Thaís Amoroso Paschoal. **Limites objetivos e subjetivos da coisa julgada coletiva**: o necessário equilíbrio entre a efetividade da tutela coletiva e a segurança jurídica. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, 2009.

MACHADO, Marcelo Pacheco. **Demanda e tutela jurisdicional**: estudo sobre forma, conteúdo e congruência. Tese. Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Coisa julgada sobre questão**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

_____; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo Código de Processo Civil Comentado**. 3.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

_____; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil**: teoria do processo civil, vol. 1. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

_____; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. **Novo curso de processo civil**: tutela dos direitos mediante procedimento comum, vol. 2. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

MATTOS, Sérgio. Resolução da questão prejudicial e coisa julgada: primeiras linhas sobre o art. 503, §§1º e 2º do CPC/2015. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie; CABRAL, Antonio do Passo (coord. por). **Coisa julgada e outras estabilidades processuais**. Salvador: Editora Juspodivm, 2018.

MEDEIROS NETO, Elias Marques de. O art. 4º do Novo Código de Processo Civil e o princípio da efetividade do processo. In: RODRIGUES, Geisa de Assis; ANJOS FILHO, Robério Nunes dos (coord. por). **Reflexões sobre o novo Código de Processo Civil**, vol. 1. Brasília: ESMPU, 2016, p. 229-259.

MEDINA, José Miguel Garcia. **Novo Código de Processo Civil comentado**: com remissões e notas comparativas ao CPC/1973. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais.

MENESTRINA, Francesco. **La pregiudiziale nel processo civile**. Milano: Giuffrè, 1963.

MINAMI, Marcos Youji; PEIXOTO, Ravi. As questões prejudiciais incidentais, o regime especial da coisa julgada e os possíveis problemas recursais. In: **Revista de Processo**, vol. 277. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 323-343.

MITIDIERO, Daniel. **Colaboração no Processo Civil**: Pressupostos Sociais, Lógicos e Éticos. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

_____. Abrangência da coisa julgada no plano objetivo – segurança jurídica. In: **Revista de Processo**, vol. 184. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, p. 309-328.

MONTELEONE, Girolamo. **Diritto Processuale Civile**, 3. ed., Padova: Cedam, 2002.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. Ainda e sempre a coisa julgada. In: **Revista de Processo**, vol. 416. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1970, p. 9-17.

_____. Coisa julgada – limites objetivos. In: **Direito aplicado**, vol. II, Rio de Janeiro, 2000, p. 439-461.

_____. Correlação entre o pedido e a sentença. In: **Revista de Processo**, vol. 83. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1996, p. 207 – 215.

_____. **Questões prejudiciais e coisa julgada**. Tese de concurso para docência livre de Direito Judiciário. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1967.

NEVES, Celso. **Coisa Julgada Civil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1971.

NIEVA-FENOLL, Jordi. Imprecisiones privatistas de la ciencia jurisdiccional. In: **Revista de Processo**, vol. 220. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013, p. 113 – 156.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Alvaro de. **Do Formalismo no Processo Civil**: proposta de um formalismo-valorativo. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

_____. Efetividade e Processo de Conhecimento. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS**, v. 2, n. 4. Porto Alegre, 2014, p. 405-418.

_____. **Teoria e prática da tutela jurisdiccional**. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

RAATZ, Igor. **Autonomia privada e processo civil**: negócios jurídicos processuais, flexibilização procedimental e o direito à participação na construção do caso concreto. Salvador: Juspodivm, 2016.

REDONDO, Bruno Garcia. Questões prejudiciais e limites objetivos da coisa julgada no Novo CPC. In: **Revista de Processo**, vol. 248, out. 2015. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, p. 43-67.

ROCCO, Ugo. **Trattato di Diritto Processuale Civile**, vol. II. Torino: Utet, 1957.

SARLET, Ingo; MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. **Curso de direito constitucional**. 5. ed. São Paulo: Saraiva.

SARMENTO, Daniel. Os princípios constitucionais da liberdade e da autonomia privada. In: **Boletim Científico**: Escola Superior do Ministério Público da União, n. 14. Brasília, 2005, p. 167-217.

SCHWAB, Karl Heinz. **El objeto litigioso en el Proceso Civil**. BANCZAF, T. A (trad. por). Buenos Aires: Ediciones Jurídicas Europa-América, 1968.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. Evolução legislativa da fase de saneamento e organização do processo. In: **Doutrinas Essenciais - Novo Processo Civil**, vol. 4. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018.

SILVA, Ovídio Araújo Baptista da. Conteúdo da sentença e coisa julgada. In: **Sentença e coisa julgada**. Porto Alegre: Fabris, 1988.

_____. Eficácias da sentença e coisa julgada. In: **Sentença e coisa julgada**. Porto Alegre: Fabris, 1988.

_____. **Curso de Processo Civil**, vol. 1, 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

SILVA, Ricardo Alexandre da. **Limites objetivos da coisa julgada e questões prejudiciais**. Tese (doutorado). Universidade Federal do Paraná, 2016.

SIQUEIRA, Thiago Ferreira. **Objeto do processo, questões prejudiciais e coisa julgada: análise dos requisitos para a formação de coisa julgada sobre questão prejudicial incidental no Código de Processo Civil de 2015**. Tese (doutorado). Universidade de São Paulo, 2018.

TALAMINI, Eduardo. **Coisa Julgada e sua revisão**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2005.

_____. Comentários aos arts. 502 a 508. In: TUCCI, Rogério Cruz e... [et. al.] (coord. por). **Código de Processo Civil anotado**. Rio de Janeiro, GZ, 2016.

TESHEINER, José Maria. Sentença e coisa julgada – conceito e controvérsias. In: **Revista de Processo**, vol. 208. São Paulo: Revista dos Tribunais, p. 23-58, 2012.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. A onda reformista do direito positivo e suas implicações com o princípio da segurança jurídica. In: **Revista de Processo**, vol. 136. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 32-57.

_____. Limites objetivos da coisa julgada no novo Código de Processo Civil. In: DIDIER JÚNIOR, Fredie; CABRAL, Antonio do Passo (coord. por). **Coisa julgada e outras estabilidades processuais**. Salvador: Editora Juspodivm, 2018, p. 165-188.

TUCCI, Rogério Cruz e. **A causa petendi no processo civil**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

TUNALA, Larissa Gaspar. **Comportamento processual contraditório**: A proibição de *venire contra factum proprium* no direito processual civil brasileiro. Salvador: Editora Juspodivm, 2015.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil**, vol. 1. 16. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

_____. **Curso Avançado de Processo Civil**, vol. 2. 16. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.